

## Notas Explicativas

### Rede Energia Participações S.A. Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

#### 1. Contexto operacional

A Rede Energia Participações S.A (“Rede Energia” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objetivo social principal é a participação no capital de outras empresas.

##### Atividades:

A Rede Energia possui o direito de explorar indiretamente, concessões e/ou autorização de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

##### Distribuição de energia elétrica

Distribuidora	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	Presidente Prudente (SP)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”)	Palmas (TO)	01/01/2020	31/12/2049
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia (“EMT”) <sup>(1)</sup>	Cuiabá (MT)	11/12/1997	11/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	Campo Grande (MS)	04/12/1997	04/12/2027

<sup>(1)</sup> A controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de uma usina termelétrica, com subestação associada, com vencimento em 10 de dezembro de 2027, para atendimento de sistemas isolados, a principal atividade da controlada é a distribuição de energia elétrica. Desta forma, a administração da controlada considera a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal.

As distribuidoras controladas ESS, EMT e EMS são sociedades anônimas de capital aberto enquanto a controlada ETO é uma empresa de capital fechado. Especificamente a controlada EMT, por ser da categoria A da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, possui suas ações negociadas na bolsa de valores - B3. O objetivo principal destas distribuidoras é operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em suas áreas de atuação.

As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção estão apresentadas nas notas explicativas nº 11, 12, 16, 18 e 32, respectivamente.

##### Serviços

A Rede Energia, através de sua controlada Multi Energisa Serviços S.A. presta serviços de construção, operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.

##### Comercialização de energia elétrica

A controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia operou na comercialização de energia elétrica até 27 de novembro de 2012, quando teve sua autorização revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, de 20 de novembro de 2012, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

##### Recuperação judicial de controladas

Em 26 de novembro de 2012 a Rede Energia Participações S/A (“REDE”) publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de

Eletricidade Vale Paranapanema S/A. (“EEVP”) - incorporada posteriormente pela Denerge em 22 de novembro de 2019, e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”).

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período adequado. Alguns credores apresentaram embargos de declaração contra a decisão, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento. Apesar do recurso, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais. Em julgamento realizado no dia 29 de julho de 2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à Apelação, mantendo a sentença de encerramento. O credor interpôs Recurso Especial, o qual não foi admitido em exame de admissibilidade realizado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Foi interposto agravo em recurso especial pelo credor, respondido pela controladora Energisa S/A, o qual aguarda julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça.

A posição em 31 de dezembro de 2021 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial totaliza em R\$343.801 (R\$316.438 em 2020, dos quais R\$198.602 (R\$173.580 em 2020) refere-se a empréstimos, R\$74.158 (R\$67.313 em 2020) a debêntures e R\$71.041 (R\$75.545 em 2020) a outras contas a pagar, são como segue:

Descrição	Rede Energia	CTCE	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro 2019</b>	<b>208.714</b>	<b>56.205</b>	<b>264.919</b>
(+) Atualização <sup>(1)</sup>	4.466	(626)	3.840
Reversão de provisão ajuste a valor presente <sup>(1) e (2)</sup>	27.307	25.789	53.096
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(4.456)	(961)	(5.417)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>236.031</b>	<b>80.407</b>	<b>316.438</b>
(+) Atualização <sup>(1)</sup>	4.457	961	5.418
Reversão de provisão ajuste a valor presente <sup>(1) e (2)</sup>	31.395	(4.033)	27.362
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(4.456)	(961)	(5.417)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>267.427</b>	<b>76.374</b>	<b>343.801</b>

(1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do exercício na controladora e consolidado.

(2) **Ajustes a Valor Presente:** refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e a controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia e sua controlada consideraram como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado econômico-financeira no cenário da transação. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.

## 1.1. Efeitos da COVID-19

### Contexto

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

## Impactos observados no exercício

Em 2021 a pandemia da COVID-19 no Brasil apresentou picos de disseminação e mortes causados pelo coronavírus, principalmente nos primeiros seis meses do ano, permanecendo com elevados impactos negativos na sociedade tanto no segmento econômico como no social. Os diversos agentes governamentais continuam a implementar medidas de isolamento social e campanhas de conscientização e de vacinação. Nos últimos meses a variante Ômicron tem incomodado, porém não tem trazido fortes impactos na atividade econômica global

O crescente aumento da vacinação no país, tem contribuído significativamente pelo retorno das atividades operacionais e econômicas da população brasileira. No fim de 2021, novas ondas de mortes e disseminação no vírus causaram aumento de preocupação nos principais mercados mundiais reacendendo as discussões na comunidade científica global quanto as consequências no controle da pandemia relacionadas a possíveis precipitações da retomada das atividades econômicas e nível baixo de vacinação da população mundial.

A Administração da Companhia e suas controladas seguem monitorando os possíveis impactos da pandemia da COVID-19 em suas operações e avalia constantemente a eficácia das medidas protetivas adotadas com o intuito de mitigar tais riscos sendo que as principais ações adotadas estão listadas a seguir:

- Monitorar os níveis de sobrecontratação de energia elétrica no intuito de efetuar ações rápidas e tempestivas a fim de minimizar os riscos inerentes a esta exposição, uma vez que, o cenário da pandemia tem levado a sobrecontratação do setor de distribuição de energia elétrica no Brasil à níveis acima do regulatório devido, sobretudo, a retração da economia brasileira;
- Adotar regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia. Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento com turnos alternados para evitar exposição a aglomerações;
- Acompanhar os contratos de empréstimos e financiamentos para identificação tempestiva de oportunidades de liquidações ou novas contratações com a finalidade de atenuar eventuais riscos de liquidez;
- Monitorar o incremento da inadimplência das faturas das contas de energia elétrica ocasionado pela retração econômica no Brasil e, sobretudo, pelo impedimento temporário do corte no fornecimento de energia elétrica, a determinados grupos de consumidores, conforme Resolução ANEEL nº 928 de 26 de março de 2021, alterada pela Resolução ANEEL nº 936 de 15 de junho de 2021. As controladas implementaram ações para aumentar a eficiência na cobrança das contas de energia em atraso, destacando-se o aumento do volume de envio de SMS, telecobrança, negativações, e-mails, realizações de campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos e, divulgação de planos de parcelamentos dos débitos aos clientes e facilitando o acesso às negociações por meio digital;
- Supervisão constante das obras em andamento das controladas com ação tempestiva junto a fornecedores para impedimento de atrasos em função do cenário adverso da pandemia. A Administração das controladas não identificou impactos relevantes em suas operações em função de atrasos nas obras em andamento;
- Como forma de atenuar os efeitos da pandemia no Brasil e ciente de suas responsabilidades diante da sociedade, o Grupo Energisa criou o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações nos Estados onde as controladas distribuem energia, com destaque para: doação de ventiladores pulmonares, custeio em obras hospitalares para aumento de novos leitos, distribuição de máscaras para população de alto risco, apoio financeiro a programas de fomento para aquecimento da economia e de programas sociais;
- Nas companhias controladas aproximadamente 100% dos colaboradores já foram vacinados com a 2ª dose da vacina contra COVID-19.

Não foram identificados outros impactos além dos mencionados acima. A Companhia e suas controladas seguem comprometidas com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, acionistas e das comunidades das regiões onde atua, bem como é orientado pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

## 2. Apresentação das demonstrações

---

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A Companhia e suas controladas avaliaram suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19, conforme detalhado na nota explicativa 1.1, e concluíram que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2022.

### 2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 37.

### 2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 7 - Clientes, consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- II. Nota explicativa nº 12 - Ativos e passivos financeiros setoriais;

- III. Nota explicativa nº 15 - Créditos tributários impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- IV. Nota explicativa nº 16 - Ativo financeiro indenizável da concessão;
- V. Nota explicativa nº 19 - Imobilizado;
- VI. Nota explicativa nº 20 - Intangível;
- VII. Nota explicativa nº 28 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias;
- VIII. Nota explicativa nº 33 - Custos e Despesas Operacionais - consolidado;
- IX. Nota explicativa nº 37- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- X. Nota explicativa nº 38 - Benefícios-pós emprego.

### 3. Resumo das principais políticas contábeis

---

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### 3.1. Principais políticas contábeis

a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e controladas consideram equivalentes de caixa como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### b. Instrumentos financeiros

##### *Ativos financeiros:*

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e as controladas se comprometeram a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia e suas controladas avaliam ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

**Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:**

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

**Avaliação do modelo de negócio:**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e das controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:**

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

#### **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:**

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - nota explicativa nº 2.3;
- Clientes, consumidores e concessionárias - nota explicativa nº 7; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - nota explicativa nº 37.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de créditos esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de créditos para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de créditos esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias e ativos de contrato, a Companhia e controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia e controladas não acompanham as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia e controladas estabeleceram uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de créditos, como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia e controladas para cálculo final das perdas esperadas.

### **Passivos financeiros:**

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

**Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

**Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

**Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

**Passivos financeiros ao custo amortizado** - Após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

### **Desreconhecimento:**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

### **Compensação de instrumentos financeiros:**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **Instrumentos financeiros derivativos:**

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em "Swap", que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de "hedge" de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangente" no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

### **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia e suas controladas documentam se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 37, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge".

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo:

**Hedges de valor justo:** a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como outras despesas.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- c. **Cientes, consumidores e concessionárias** - inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

- d. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- e. **Contrato de concessão de distribuição** - corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e as controladas, que estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura enquanto para o segmento de transmissão de energia elétrica disponibiliza sua infraestrutura para transportar a energia sendo remunerada através do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante o prazo do contrato.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com cliente para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica.

- **Distribuição de energia elétrica:**

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para as controladas do segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

As controladas, distribuidoras de energia elétrica contabilizam a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 16.

- f. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber das controladas sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;
- g. **Investimentos** - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do

balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável;

- h. Combinação de negócios** - são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificar e alocar de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificados como: (i) intangível (*goodwill*) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. O *goodwill* referente a entidades sob o regime de concessão e/ou autorização de exploração econômica por prazo determinado, são amortizados no prazo de exploração;

- i. Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício, deduzido da despesa de depreciação, pelo método linear no

resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- j. **Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas que são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O direito de uso de concessão alcança aos montantes pagos nas aquisições do controle acionário das controladas distribuidoras de energia elétrica. A amortização está sendo realizada pelo prazo de concessão das controladas EMT, EMS, ETO, conforme citado nas notas explicativas nº 1 e nº 20. Bem como, o valor justo dos ativos líquidos (empresas adquiridas em 11 de abril de 2014) tem a sua amortização realizada com base no prazo de vida útil do bem, limitado ao prazo de concessão;

- k. **Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos aos consumidores. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão;

- l. **Arrendamentos** - os contratos são avaliados, em sua data de início se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- **Ativos de direito de uso** - os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- **Passivo de arrendamento** - os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

- m. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

- n. **Redução a valor recuperável**

**Ativo não financeiro:**

A Administração da Companhia e de suas controladas, revisam o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ágio** - teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

. **Ativos intangíveis** - os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso** - as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- i. **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia e suas controladas neste mercado;
- ii. **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e de suas controladas, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- iii. **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia e das controladas, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e das controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2021 e 2020, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- o. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

- p. **Derivativos** - a Companhia e as controladas detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras (controladas) e de taxa de juros (Companhia e controladas). Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado

quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas na demonstração de resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 37.

- q. **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Nas controladas do segmento de geração e transmissão o imposto de renda e a contribuição social foram calculados pelo regime de tributação do lucro presumido.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas avaliam se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2021, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia e suas controladas.

- r. **Incentivos fiscais SUDAM** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas nas regiões Norte e Centro Oeste, são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização;
- s. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- t. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- u. **Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- v. **Receita operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

#### **Receita do segmento de distribuição:**

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada é reconhecida no momento em que a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde as receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUSD) são recebidas pela Companhia de outras concessionárias e de consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição, contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outros itens é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

#### **Demais receitas:**

A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pelas controladas. São registradas no resultado dos exercícios nos quais as controladas reconhecem como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários. As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- a) O cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- b) O desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; e
- c) O desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

w. **Benefícios pós-emprego** - as controladas oferecem aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médica-hospitalar e outros benefícios pós-empregos. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de Benefício Definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em

premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações das controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de Benefício Definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de Contribuição Definida, no qual as controladas que são patrocinadoras pagam contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

As controladas participam do custeio dos planos de assistência médica-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido;

- x. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e
- y. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

### 3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

#### (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

**(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia:**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38; IFRS 7 / CPC 40(R1); IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários (“lease concessions”) em decorrência da pandemia de COVID-19	31 de março de 2021

A Companhia e suas controladas também avaliaram os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

#### 4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem a companhia Rede Energia e suas controladas. O controle é obtido quando a Rede Energia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, a Rede Energia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Rede Energia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a mesma deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Rede Energia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Rede Energia e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		2021	2020
<b>Controladas diretas</b>			
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição de energia	76,67	76,67
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A. <sup>(1)</sup>	Distribuição de energia	57,68	57,68
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A. <sup>(1)</sup>	Distribuição de energia	64,01	64,01
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A. <sup>(1)</sup>	Distribuição de energia	99,25	99,25
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S.A.	Comerc. Energia	99,98	99,98
Rede Power Holding Energia S.A. <sup>(2)</sup>	Holding	99,99	99,99
QMRA Participações S.A.	Holding	100,00	100,00
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	99,90	99,90
<b>Controlada indireta</b>			
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. <sup>(1) e (2)</sup>	Distribuição de energia	35,92	35,92

<sup>(1)</sup> Companhia aberta; e

<sup>(2)</sup> A Rede Power é controlada pela Rede Energia e possui 35,92% de participação na controlada EMS.

### Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das companhias consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as companhias.

## 5. Informações por segmento - consolidado

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição de energia elétrica, e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

### a) Informações sobre segmentos

	2021		
	Distribuição	Serviços	Total
Receitas Externas	15.610.686	-	15.610.686
Receitas Intersegmentos	-	41.791	41.791
<b>Total</b>	<b>15.610.686</b>	<b>41.791</b>	<b>15.652.477</b>
Receitas Financeiras	891.223	22.807	914.030
Despesas Financeiras	(1.405.191)	(51.184)	(1.456.375)
<b>Total</b>	<b>(513.968)</b>	<b>(28.377)</b>	<b>(542.345)</b>
Amortização e depreciação	633.609	1.725	635.334
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	2.659.541	(18.284)	2.641.257

	2020		
	Distribuição	Serviços	Total
Receitas Externas	11.297.925	-	11.297.925
Receitas Intersegmentos	-	41.063	41.063
<b>Total</b>	<b>11.297.925</b>	<b>41.063</b>	<b>11.338.988</b>
Receitas Financeiras	349.074	48.527	397.601
Despesas Financeiras	(525.689)	(95.177)	(620.866)
<b>Total</b>	<b>(176.615)</b>	<b>(46.650)</b>	<b>(223.265)</b>
Amortização e depreciação	638.386	1.697	640.083
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	1.647.554	(40.547)	1.607.007

	Distribuição	Serviços	2021	2020
<b>Ativos dos segmentos</b>	<b>24.281.351</b>	<b>366.863</b>	<b>24.648.214</b>	<b>21.760.300</b>
Ativo circulante	6.941.497	291.390	7.232.887	7.951.984
Ativo não circulante	17.339.854	75.473	17.415.327	13.808.316
<b>Passivos dos segmentos</b>	<b>18.261.274</b>	<b>1.097.541</b>	<b>19.358.815</b>	<b>16.028.940</b>
Passivo circulante	5.357.277	22.933	5.380.210	5.398.577
Passivo não circulante	12.903.997	1.074.608	13.978.605	10.630.363

#### b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	2021	2020
<b>Receita</b>		
Receita líquida total de segmentos	15.652.477	11.338.988
Eliminação de receitas intersegmentos	(41.791)	(41.063)
<b>Receita líquida consolidada</b>	<b>15.610.686</b>	<b>11.297.925</b>
<b>Amortização e depreciação</b>		
Amortização e depreciação total de segmentos	635.334	640.083
<b>Depreciação e amortização consolidada</b>	<b>635.334</b>	<b>640.083</b>
<b>Receita financeira</b>		
Receita financeira total de segmentos	914.030	397.601
Eliminação de receitas intersegmentos	(26)	(45)
<b>Receita financeira consolidada</b>	<b>914.004</b>	<b>397.556</b>
<b>Despesa financeira</b>		
Despesa financeira total de segmentos	(1.456.375)	(620.866)
Eliminação de despesa intersegmentos	26	45
<b>Despesa financeira consolidada</b>	<b>(1.456.349)</b>	<b>(620.821)</b>
<b>Lucros</b>		
Totais de lucros dos segmentos	2.641.257	1.607.007
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>2.641.257</b>	<b>1.607.007</b>

	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Ativo total dos segmentos divulgáveis	24.648.214	21.760.300
Outros valores não alocados	(9.474)	(106.913)
<b>Total Ativo consolidado</b>	<b>24.638.740</b>	<b>21.653.387</b>
<b>Passivo</b>		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	19.358.815	16.028.940
Outros valores não alocados	(9.474)	(106.913)
<b>Total passivo consolidado</b>	<b>19.349.341</b>	<b>15.922.027</b>

## 6. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

### 6.1. Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2021 equivale a 100,5% do CDI (104,5% do CDI em 2020) na controladora e 85,7% do CDI (101,3% do CDI em 2020) no consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	909	853	133.783	130.150
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	7.274	100.508	10.771	619.555
Operações compromissadas	-	-	131.218	-
<b>Total caixa e equivalentes de caixa - circulante <sup>(1)</sup></b>	<b>8.183</b>	<b>101.361</b>	<b>275.772</b>	<b>749.705</b>

<sup>(1)</sup> As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

### 6.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos públicos, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), fundos de renda fixa, NTN, dentre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 2021 equivale a 117,9% do CDI (84,7% do CDI em 2020) na controladora e 123,1% do CDI (80,5% do CDI em 2020) no consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	40.386	67.818
Fundos de Investimento <sup>(1)</sup>	29	31	17.863	16.405
<b>Fundos de Investimentos Exclusivos <sup>(2)</sup></b>				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	954	3.914	10.260	28.941
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	108	320	618	2.367
Títulos públicos	-	13.520	-	265.638
Fundo Multimercado	2.845	3.903	9.680	17.007
Fundo de Renda Fixa	52.344	88.868	328.834	560.728
Letra financeira do tesouro (LFT)	74.177	69.904	302.465	589.567
Letra financeira (LF)	27.751	7.957	114.545	143.090
Letra financeira (LFP)	342	-	1.165	-
Letra financeira (LFS)	-	214.789	-	935.965
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	5.388	7.591	18.332	36.386
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	39.815	66.864	233.039	419.852
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	2.829	2.471	9.628	36.179
<b>Fundo de investimento em direitos creditórios <sup>(3)</sup></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>88.575</b>	<b>96.887</b>
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados <sup>(4)</sup></b>	<b>206.582</b>	<b>480.132</b>	<b>1.175.390</b>	<b>3.216.830</b>
Circulante	206.582	480.132	1.086.815	3.119.943
Não circulante	-	-	88.575	96.887

<sup>(1)</sup> Fundos de Investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 94,5% a 170,5% (35,5% a 103,7% em 2020) e média ponderada 98,0% (20,0% em 2020) do CDI.

<sup>(2)</sup> Fundo de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CDB, CCB, Fundos de Renda Fixa, Títulos públicos, Fundo Multimercado, LFT, LFS, LF, LFP, LTN, NTNF e NTN são remuneradas 107,0% do CDI Fundo BTG Zona da Mata, (113,5% em 2020) do CDI Fundo FI Energisa, 138,0% do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 117,3% (63,5% em 2020), do CDI Fundo Zona da Mata e 127,8% (83,8% em 2020) do CDI Fundo Cataguases.

(3) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados IV Energisa Centro Oeste - FIDC com vencimento em 01 de outubro de 2034.

(4) Inclui na controladora R\$29 (R\$31 em 2020) e no consolidado, R\$146.849 (R\$168.323 em 2020) referente a recursos vinculados, conforme segue:

Recursos vinculados	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Bloqueio judicial credores	29	31	2.483	2.410
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	-	-	88.575	96.887
Programa Luz para todos	-	-	54.569	66.941
Outros	-	-	1.222	2.085
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>31</b>	<b>146.849</b>	<b>168.323</b>

## 7. Clientes, consumidores e concessionárias - consolidado

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD <sup>(6)</sup>	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2021	2020
<b>Valores correntes:</b>									
Residencial	331.967	-	361.011	59.216	8.721	18.626	(96.894)	682.647	596.853
Industrial	90.304	-	27.343	4.250	5.653	32.176	(32.176)	127.550	136.251
Comercial	175.901	-	78.121	11.285	9.122	32.020	(42.412)	264.037	243.013
Rural	106.782	-	59.785	15.270	18.436	8.091	(10.496)	197.868	181.313
Poder público	76.377	-	5.540	623	647	6.265	(6.342)	83.110	64.868
Iluminação pública	52.257	-	4.710	1.432	1.797	3.246	(4.196)	59.246	22.275
Serviço público	40.537	-	8.011	1.055	613	63.316	(72.180)	41.352	42.879
Fornecimento não faturado	1.393.390	-	-	-	-	-	-	1.393.390	907.436
Arrecadação Processo Classificação	20.552	-	-	-	-	-	-	20.552	41.837
<b>Valores renegociados:</b>									
Residencial	43.137	110.782	30.364	15.602	12.903	45.624	(108.454)	149.958	138.843
Industrial	4.040	14.174	2.693	811	1.038	9.217	(16.076)	15.897	20.538
Comercial	11.689	82.134	6.811	3.610	4.331	16.471	(46.161)	78.885	81.144
Rural	6.407	20.529	4.065	1.907	2.401	4.273	(19.525)	20.057	18.062
Poder público <sup>(1)</sup>	10.413	108.188	269	10	4	1.472	(2.525)	117.831	123.713
Iluminação pública	1.132	11.161	171	17	15	71	(313)	12.254	10.786
Serviço público	351	859	109	6	-	3.504	(3.511)	1.318	4.473
(-) Ajuste valor Presente <sup>(2)</sup>	(1.111)	(61.164)	-	-	-	-	-	(62.275)	(31.450)
<b>Subtotal -clientes</b>	<b>2.364.125</b>	<b>286.663</b>	<b>589.003</b>	<b>115.094</b>	<b>65.681</b>	<b>244.372</b>	<b>(461.261)</b>	<b>3.203.677</b>	<b>2.602.834</b>
Suprimento Energia - Moeda Nacional <sup>(3)</sup>	107.422	-	-	-	-	21.027	-	128.449	138.458
Redução do uso do sistema de distribuição <sup>(4)</sup>	-	-	-	-	-	12.201	-	12.201	12.201
Outros <sup>(5)</sup>	3.616	-	414.294	41.065	3.004	310.396	(100.936)	671.439	464.231
<b>Total</b>	<b>2.475.163</b>	<b>286.663</b>	<b>1.003.297</b>	<b>156.159</b>	<b>68.685</b>	<b>587.996</b>	<b>(562.197)</b>	<b>4.015.766</b>	<b>3.217.724</b>
Circulante								3.199.246	2.584.646
Não Circulante								816.520	633.078

(1) **Poder Público:** a controlada EMT realizou renegociação em 03 de agosto de 2016 em que assinou com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, líquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão da SANECAP (abril/2042). Em 31 de dezembro de 2021 o valor a receber

referente a esse crédito monta em R\$85.349 (R\$86.271 em 2020). Sobre esses créditos a controlada EMT constituiu provisão para ajuste a valor presente no montante de R\$23.853 (R\$21.263 em 2020), tendo sido contabilizado R\$2.590 na demonstração de resultado do exercício na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela variação anual da taxa CDI. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.

- (2) **Ajuste a valor presente:** calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 8,76% a.a. (1,90% a.a. em 2020).
- (3) **Suprimento de energia - moeda nacional:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Composição dos saldos da CCEE	2021	2020
Créditos a vencer	107.422	117.431
Créditos vinculados a liminares <sup>(a)</sup>	21.027	21.027
<b>Subtotal créditos CCEE</b>	<b>128.449</b>	<b>138.458</b>
(-) Aquisições de energia na CCEE	(92.629)	(331.445)
(-) Encargos de serviços do sistema	(356.181)	(33.645)
<b>Total débitos CCEE</b>	<b>(320.361)</b>	<b>(226.632)</b>

(a) Os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. As controladas EMS, ETO e ESS não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

- (4) **Redução do uso do sistema de distribuição:** os valores objetivam recompor a receita da controlada EMT referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 2020), suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida de outros passivos no consolidado.
- (5) **Outros:** inclui serviços taxados, ICMS originado de geração distribuída e outros valores a receber e/ou a pagar aos consumidores, destaca-se entre eles:

**ICMS incidente sobre a TUSD:** as controladas EMT, EMS, ESS e ETO possuem R\$555.217 (R\$435.211 em 2020) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, incidentes sobre a demanda de energia, suspenso por liminares e em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais (nota explicativa nº 25 - Tributos e contribuições sociais) no passivo não circulante no consolidado. Inclui, também, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.

Controladas/Origem	ICMS - TUSD
Energisa Mato Grosso	397.982
Energisa Tocantins	102.738
Energisa Sul Sudeste	34.481
Energisa Mato Grosso do Sul	20.016
<b>TOTAL</b>	<b>555.217</b>

**ICMS Demanda - Controlada EMT:** processos decorrentes de autuações do Estado sob o argumento de que a Controlada EMT cumpriu de forma equivocada as decisões que eximiu alguns clientes de recolher o ICMS sobre a demanda. Em 23 de setembro de 2021 a controlada EMT firmou o Termo de Acordo Extrajudicial -TAE com o Estado de Mato Grosso, resultando no pagamento, a vista, em 30 de setembro de 2021 do débito integral com a adesão ao REFIS. A controlada EMT irá ingressar com medidas administrativas e judiciais para a recuperação dos valores pagos, para regresso contra os consumidores que efetivamente se beneficiaram das decisões judiciais para não recolhimento do ICMS. O montante dessa transação é de R\$89.350, como a Administração entende que a confirmação se dará pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, constituiu-se uma provisão para perda esperada no valor de R\$81.191 e a diferença de R\$8.159 foi reconhecida com perda efetiva. Vide notas explicativas nº 25. Tributos e contribuições sociais e nº 34 - Outros resultados.

**ICMS Geração Distribuída - Controlada EMT:** parcela do ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição, utilizados pelos consumidores de geração distribuída (GD) no valor de R\$101.809 e uma provisão de perda esperada estimada em R\$2.192. A realização do ativo se dará pela cobrança dos valores a serem efetuados junto aos consumidores.

- (6) **Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPCELD):** a provisão foi constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Segue movimentação das provisões:

	2021	2020
<b>Saldos em 2020 e 2019</b>	<b>653.314</b>	<b>548.819</b>
Provisões, deduzidas de reversões, constituídas no exercício <sup>(*)</sup>	50.570	227.686
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(126.256)	(123.191)
<b>Saldos em 2021 e 2020</b>	<b>577.628</b>	<b>653.314</b>
<b>Alocação:</b>		
Clientes, consumidores e concessionárias	562.197	404.867
Títulos de créditos a receber (vide nota explicativa nº 8 - Título de crédito a receber)	3.687	65.904
Outros créditos - outros (vide nota explicativa nº 13 - Outros créditos)	11.744	182.543
	<b>577.628</b>	<b>653.314</b>

<sup>(\*)</sup> Do total da provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa apuradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R\$50.570 (R\$227.686 em 2020), os principais impactos foram: R\$45.421 (R\$71.267 constituído em 2020) decorrente dos esforços da Companhia para equalizar o nível de inadimplência. Adicionalmente, as controladas EMT, EMS e ESS realizaram no mês de janeiro de 2021, cessão de títulos no montante de R\$102.985, R\$61.818 e R\$11.986, respectivamente, referente ao Banco Daycoval que se encontrava totalmente provisionado e que foram avaliados a valor justo resultando efeitos no caixa e na demonstração de resultado do exercício. Maiores detalhes sobre a operação do FIDC, vide nota explicativa nº 34 -Outros resultados - consolidado. Inclui também constituição de provisão de R\$81.191 referente a parcela em controvérsia do contas a receber do ICMS Demanda, contabilizados em contrapartida outros resultados (vide nota explicativa nº 34 - Outros resultados - consolidado), e de constituição de provisão de R\$2.192 relacionado ao ICMS Geração Distribuída registrado em Outras despesas financeiras, ambos ocorridos na controlada EMT.

## 8. Títulos de créditos a receber - Consolidado

	2021	2020
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá <sup>(1)</sup>	183	5.981
Precatório de Órgãos Públicos Municipais <sup>(2)</sup>	7.573	69.664
Títulos de créditos a receber <sup>(3)</sup>	30.005	38.080
Ajuste a valor presente <sup>(2)</sup>	(22.657)	(22.708)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa <sup>(2)</sup>	(3.687)	(65.904)
	<b>11.417</b>	<b>25.113</b>
Circulante	4.165	13.564
Não circulante	7.252	11.549

<sup>(1)</sup> Processo execução de precatórios PM de Cuiabá - R\$183 (R\$5.981 em 2020):

### Controlada EMT

Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. O montante dos títulos encontra-se em processo de recebimento, tendo sido já recebidos 66 parcelas, restando 1 parcelas corrigidas pela taxa de 0,5% ao mês.

<sup>(2)</sup> Outros Precatórios de Órgãos Públicos Municipais:

### Controlada EMT

Referem-se a títulos precatórios de Órgãos Públicos Municipais, que após condenação judicial definitiva dos devedores resultou na expedição dos precatórios conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica.

Prefeituras	2021	2020
Prefeitura Municipal de Juscimeira <sup>(a)</sup>	7.573	7.457
Prefeitura Municipal de Cáceres <sup>(b)</sup>	-	4.021
Prefeitura Municipal de Alta Floresta <sup>(b)</sup>	-	2.297
Departamento de água e Esgoto de Várzea Grande - DAE VG <sup>(b)</sup>	-	55.889
<b>Total</b>	<b>7.573</b>	<b>69.664</b>

<sup>(a)</sup> Os títulos precatórios da Prefeitura Municipal de Juscimeira foram renegociados em 10 de agosto de 2020, com homologação na Central de Precatórios. O valor foi de R\$8.456, com entrada de R\$1.000 e parcelamento do saldo remanescente em 250 parcelas, corrigidas pela taxa de 0,4% ao mês. Conforme o acordo, o recebimento das parcelas foi iniciado em abril/2021, mas por uma divergência na interpretação

do acordo, o município de Juscimeira vem depositando a parcela menor que o valor acordado. A Companhia apresentou petição com os esclarecimentos do cálculo e aguarda decisão judicial. Durante o exercício foram recebidas 9 parcelas, com valores inferiores ao acordado.

- (b) Títulos cedidos ao FIDC, vide maiores detalhes da operação na nota explicativa nº 34 Outros resultados.  
 (3) Títulos de créditos a receber:

**Controlada EMT:**

Aquisição de crédito de carbono realizado em 16 de julho de 2008 junto a Companhia Técnica de Comercialização de Energia S.A. apresentando em 31 de dezembro de 2021 saldo de R\$1.625 (R\$1.625 em 2020) que se encontra totalmente provisionado.

**Controlada ESS:**

- (i) A controlada ESS, adquiriu em 2003, R\$44.034 (R\$44.034 em 2020), créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A controlada ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15 de dezembro de 2006, a controlada ESS desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da controlada. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R\$21.400 (R\$21.400 em 2020) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R\$22.633 (R\$22.633 em 2020).
- (ii) Inclui convênio de arrecadação, uso mútuo de postes e outros no montante de R\$3.110 (R\$3.111 em 2020). A controlada constitui perdas de valor recuperável de uso mútuo de postes de R\$762 (R\$762 em 2020).
- (iii) Refere-se a títulos precatórios de Prefeituras no montante de R\$851 em 31 de dezembro de 2020, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios.

**Controlada ETO:**

A controlada ETO registrou o montante de R\$1.772 (R\$8.992 em 2020), como segue:

- (i) R\$1.287 (R\$5.700 em 2020) refere-se a títulos precatórios de Prefeituras, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios, conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica.

Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado, por consequência os precatórios foram formados e são como segue:

Prefeituras	2021	2020
Taguatinga	-	2.957
Divinópolis (*)	-	258
Porto Nacional (*)	-	651
Sítio Novo (*)	771	771
Santa Fé do Araguaia (*)	516	773
Outras (*)	-	290
<b>Total</b>	<b>1.287</b>	<b>5.700</b>

(\*) A controlada constituiu perda de valor recuperável no montante de R\$1.287 (R\$2.743 em 2020).

- (ii) Inclui R\$2.936 em 2020 referente a créditos de contas de energia elétrica vencidas e não pagas, decorrentes de ação de cobrança ajuizada contra o devedor Itafós Mineração S/A, julgada procedente e transitada em julgado, sendo que os créditos foram integralmente habilitados nos autos do Processo de Recuperação Extrajudicial da devedora nº 0000459-40.2016.827.2709, homologado em 29 de agosto de 2016, e tramita perante a 1ª Vara Cível de Arraias - TO e o montante de R\$485 (R\$356 em 2020) referente a outros títulos de créditos.

A Administração da controlada ETO, constituiu perda de valor recuperável no montante de R\$13 (R\$13 em 2020) e provisão de ajuste a valor presente sobre os títulos de crédito a receber no valor de R\$24 (R\$66 em 2020) registrados em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício no consolidado.

**Controlada CTCE:**

- (i) R\$864 (R\$864 em 2020), outros títulos a receber junto a terceiros, pela controlada.

Em 31 de dezembro de 2021, os vencimentos dos títulos de créditos a receber, líquidos dos ajustes a valor presente, são como segue:

	Consolidado (*)
Vencidos	4.864
2022	558
2023	1.263
2024	8.419
<b>Total</b>	<b>15.104</b>

## 9. Dividendos a receber - Controladora

	2021	2020
Multi Energisa Serviços	2.204	1.878
QMRA	-	3
Rede Power	-	5.145
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	-	31.935
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A	-	29.181
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	-	15.800
Energisa Sul Sudeste Distribuidora de Energia S/A	-	7.050
<b>Total - Ativo Circulante</b>	<b>2.204</b>	<b>90.992</b>

## 10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	183.799	152.478
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	21.000	28.418	246.919	194.563
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	560	1.427	53.586	42.500
Contribuições ao PIS e a COFINS	-	-	115.077	100.304
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS (*)	-	-	2.397.077	280.655
Outros	5.908	2.091	39.053	32.497
<b>Total</b>	<b>27.468</b>	<b>31.936</b>	<b>3.035.511</b>	<b>802.997</b>
Circulante	4.473	11.094	530.182	331.803
Não circulante	22.995	20.842	2.505.329	471.194

(\*) Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS; a composição do saldo segue conforme tabela abaixo:

Controladas	2021	2020
<b>Ações judiciais com trânsito em julgado:</b>		
ETO	219.315	250.926
ESS (filial Paraná)	-	29.729
EMT (*)	1.254.231	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.473.546</b>	<b>280.655</b>
<b>Ações judiciais não transitada em julgado:</b>		
ESS	392.033	-
EMS	531.498	-
<b>Subtotal</b>	<b>923.531</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>2.397.077</b>	<b>280.655</b>

(\*) Em 21 de setembro de 2021 transitou em julgado a ação judicial da controlada EMT.

As controladas de distribuição de energia elétrica possuem créditos de PIS e COFINS a recuperar em 31 de dezembro de 2021 de R\$2.397.077 (R\$280.655 em 2020), referente a exclusão do ICMS na base de cálculo daquelas contribuições, referente ações judiciais com trânsito ou não em julgado.

Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS é de fato válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nas notas fiscais e não o recolhido, o que proporcionou o reconhecimento contábil no consolidado de novos créditos e de novas obrigações que no exercício foram de R\$1.716.654 (R\$53.189 em 2020) em contrapartida a demonstração do resultado do exercício no consolidado. Os respectivos valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$486.383 (R\$84.232 em 2020), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício no consolidado.

As controladas ETO e ESS (Filial Paraná) tiveram seus créditos habilitados pela RFB e as compensações realizadas ao longo do exercício totalizando R\$86.616.

Os demais itens referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em períodos posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

## 11. Reajustes, Revisões Tarifárias e outros assuntos - consolidado

### 11.1. Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.722, de 07 de julho de 2020	4,87%	12 de julho de 2020
ETO	Resolução 2.889, de 29 de junho de 2021	4,04%	04 de julho de 2021
EMS	Resolução 2.855, de 22 de abril de 2021	8,90%	22 de abril de 2021
EMT	Resolução 2.856, de 22 de abril de 2021	8,90%	22 de abril de 2021

### 11.2. Revisões tarifárias:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: a cada cinco anos na ETO, EMT, EMS e ESS.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.893, de 06 de julho de 2021	9,84%	12 de julho de 2021
EMS	Resolução 2.380, de 03 de abril de 2018	9,87%	08 de abril de 2018
EMT	Resolução 2.379, de 03 de abril de 2018	11,53%	08 de abril de 2018
ETO	Resolução 2.720, de 03 de julho de 2020	7,17%	04 de julho de 2020

### 11.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e
- Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/Kwh (1)	Atual R\$/Kwh (2) REH 2.888/2021 <sup>(*)</sup>	Atual R\$/Kwh Resolução Nº 3/2021	Varição total (2) / (1)
Verde	-	-	-	0%
Amarela	1,34	1,87	-	40%
Vermelha 1	4,17	3,97	-	-5%
Vermelha 2	6,24	9,49	-	52%
Escassez hídrica	-	-	14,20	-

(\*) A ANEEL aprovou, em 30 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2021	2020
Janeiro	Amarela	Amarela
Fevereiro	Amarela	Verde
Março	Amarela	Verde
Abril	Amarela	Verde
Maió	Vermelha Patamar 1	Verde
Junho	Vermelha Patamar 2	Verde
Julho	Vermelha Patamar 2	Verde
Agosto	Vermelha Patamar 2	Verde
Setembro	Escassez Hídrica	Verde
Outubro	Escassez Hídrica	Verde
Novembro	Escassez Hídrica	Verde
Dezembro	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar 2

### Bandeira Escassez Hídrica:

A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, através da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, determinou a ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominada Bandeira de Escassez Hídrica, nos termos do Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, no valor de R\$142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), que passa a vigorar no período de setembro de 2021 a abril de 2022.

A Bandeira Escassez Hídrica não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, os quais devem permanecer na sistemática das Bandeiras Tarifárias, conforme os valores aprovados na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.888, de 29 de junho de 2021.

### 11.4. Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica:

Foi instituído através da Resolução Nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional

- SIN, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

O programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento). O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2020, desde que possuam histórico de medição. E será aplicado às unidades consumidoras do grupo B pertencentes às classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público e para as unidades consumidoras do grupo A pertencentes às classes de consumo poder público, iluminação pública e consumo próprio.

O primeiro estágio do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica vigorará por quatro ciclos de faturamento, contados a partir de 1º de setembro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram apurados, pelas distribuidoras controladas, bônus de redução voluntária do consumo no montante de R\$158.236 a serem repassados aos consumidores, cuja obrigação foi reconhecida na rubrica de Outras passivos circulante - Bônus de redução voluntária de consumo, no consolidado (vide nota explicativa nº 30), tendo como contrapartida uma redução da receita operacional, no consolidado. Por outro lado, o direito de ressarcimento pelo bônus concedido foi reconhecido na rubrica Reembolsos do Fundo CDE no grupo Outros Créditos do ativo circulante (vide nota explicativa nº 13. Outros Créditos) e tendo como contrapartida uma rubrica de receita operacional de forma a gerar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, detalhados conforme segue:

Controladas	Valor
EMT	69.345
EMS	35.478
ESS	32.072
ETO	21.341
<b>Total</b>	<b>158.236</b>

## 11.5. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade. Ainda assim, de maneira geral e como resultado das estratégias de gestão de portfólio, o Grupo Rede encontra-se bem posicionado.

Neste contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras desde o encerramento do ano civil de 2016, por consequência impedindo a homologação dos valores para os anos de 2016 a 2021.

No âmbito deste processo, destaca-se abaixo o histórico recente:

- 1) Em 08 de abril de 2021, a Procuradoria Federal junto à ANEEL se manifestou contrariamente ao posicionamento exarado, até então, pela área técnica e diretoria, tendo, no âmbito do Parecer n. 00079/2021/PFANEEL/PGF/AGU, opinado pela necessidade de alterações dos valores dos montantes de involuntariedade originalmente calculados, diante de análises aprofundadas dos seguintes pontos: (i) possibilidade ou não de aplicação do critério econômico na avaliação da sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntárias; e (iii) possibilidade de avaliação retroativa de migrações de consumidores livres e especiais ao ACL;

- 2) Ato seguinte, em 26 de novembro de 2021, e em atendimento à análise da Procuradoria Federal da ANEEL, foi publicada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado - SRM da ANEEL a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL, contendo a nova metodologia de apuração e valores de involuntariedades, bem como recomendando a apreciação da matéria pela Diretoria da Agência.

Analisando esta última proposta, o Grupo Energia entendeu haver maior aderência entre os resultados esperados e aqueles obtidos pelo novo entendimento da ANEEL, sem prejuízo de novos pleitos junto à agência para adequação de pontos ainda divergentes. Desta forma, com base na metodologia trazida pela área técnica da ANEEL por meio da Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL a Administração revisitou as suas estimativas e premissas quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referentes sobrecontratação de energia dos exercícios de 2016 a 2021, proporcionalizando um efeito no resultado consolidado.

Por consequência, foram estornadas as estimativas anteriores de R\$5.500 e lançados no resultado do exercício no consolidado R\$81.200, representando um impacto negativo líquido de R\$86.700, atualizados até 31 de dezembro de 2021 detalhados, conforme segue:

Controladas	Saldos 2020	Receita operacional bruta - constituição e amortização CVA ativa e passiva <sup>(*)</sup>			Atualização Financeira	Saldos 2021
		2016 a 2020	2021	Total		
EMT	-	(28.697)	(45.203)	(73.900)	(1.700)	(75.600)
EMS	9.000	(27.350)	30.750	3.400	(9.300)	3.100
ESS	(400)	21.006	(6)	21.000	2.300	22.900
ETO	(3.100)	(19.317)	17	(19.300)	(9.200)	(31.600)
<b>Saldos - ativo não circulante</b>	<b>5.500</b>	<b>(54.358)</b>	<b>(14.442)</b>	<b>(68.800)</b>	<b>(17.900)</b>	<b>(81.200)</b>

<sup>(\*)</sup> Ajustes de estimativas, calculados de acordo com a Nota Técnica Aneel nº 121/2021. Os dados estão apresentados na rubrica Ativos e Passivos Financeiros Setoriais - Sobrecontratação de Energia - Não Circulante.

## 12. Ativos e Passivos financeiros setoriais - consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços. Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldos em 2020	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transfêrencia	Saldos em 2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A <sup>(1)</sup></b>										
Energia elétrica comprada para revenda	51.420	(284.709)	(9.910)	16.227	396.623	169.651	13.182	156.469	117.566	52.085
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	4.061	14.419	(10.656)	143	(381)	7.586	6.938	648	7.403	183
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	34.565	169.048	(9.996)	4.302	(46.419)	151.500	5.594	145.906	110.163	41.337
Transporte de Energia Elétrica Itaipu	4.840	7.434	(1.121)	161	(6.676)	4.638	1.262	3.376	3.002	1.636
Conta de Desenvolvimento Energético CDE	2.768	56.661	(9.213)	123	(42.790)	7.549	7.549	-	7.549	-
Encargos de Serviços de Sistema - ESS <sup>(2)</sup>	114.413	711.167	(114.838)	2.841	(6.395)	707.188	68.054	639.134	488.985	218.203
<b>Componentes financeiros</b>										
Neutralidade da Parcela A <sup>(3)</sup>	5.710	29.928	(10.282)	608	(7.702)	18.262	5.089	13.173	12.307	5.955
Sobrecontratação de energia <sup>(4)</sup>	26.468	447.903	(4.209)	(11.605)	(356.896)	101.661	4.898	96.763	51.563	50.098
CUSD	2.963	2.793	(3.192)	23	334	2.921	2.921	-	2.921	-
Exposição de submercados <sup>(6)</sup>	22.664	56.929	(116.520)	2.093	80.185	45.351	28.372	16.979	40.024	5.327
Garantias <sup>(7)</sup>	2.667	2.458	(2.419)	62	-	2.768	1.059	1.709	2.049	719
Saldo a compensar <sup>(8)</sup>	6.888	9.678	(11.360)	278	3.144	8.628	2.930	5.698	6.491	2.137
Efeitos postergação tarifárias <sup>(9)</sup>	-	-	-	(335)	335	-	-	-	-	-
Outros itens financeiros <sup>(10)</sup>	676	379.501	-	26.562	(33.578)	373.161	-	373.161	273.827	99.334
<b>Total Ativo</b>	<b>280.103</b>	<b>1.603.210</b>	<b>(303.716)</b>	<b>41.483</b>	<b>(20.216)</b>	<b>1.600.864</b>	<b>147.848</b>	<b>1.453.016</b>	<b>1.123.850</b>	<b>477.014</b>

Passivos Financeiros Setoriais	Saldos em 2020	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transfêrencia	Saldos em 2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A <sup>(1)</sup></b>										
Energia elétrica comprada para revenda	214.742	(247.668)	(258.163)	3.320	396.623	108.854	108.854	-	108.854	-
Encargos de Serviços de Sistema - ESS <sup>(2)</sup>	8.508	5.259	(7.372)	-	(6.395)	-	-	-	-	-
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	40.662	6.362	5.506	84	(46.419)	6.195	6.195	-	6.195	-
Conta de Desenvolvimento Energético CDE	43.552	34.548	9.986	651	(42.790)	45.947	2.662	43.285	31.592	14.355
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	963	218	(800)	-	(381)	-	-	-	-	-
Transporte de Energia Elétrica Itaipu	4.878	2.553	37	(15)	(6.676)	777	777	-	777	-
<b>Componentes financeiros</b>										
Neutralidade da Parcela A <sup>(3)</sup>	53.204	2.900	(38.927)	237	(7.702)	9.712	9.262	450	9.591	121
Sobrecontratação de energia <sup>(4)</sup>	29.401	564.701	(64.211)	10.179	(356.896)	183.174	16.553	166.621	59.130	124.044
Devoluções Tarifárias <sup>(5)</sup>	213.746	75.415	(4.428)	8.278	-	293.011	14.158	278.853	19.639	273.372
CUSD	179	2.922	(332)	60	334	3.163	58	3.105	2.287	876

Passivos Financeiros Setoriais	Saldos em 2020	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transfêrencia	Saldos em 2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Exp.Submercados <sup>(6)</sup>	76.589	(135.053)	(21.586)	(135)	80.185	-	-	-	-	-
Outros itens financeiros <sup>(10)</sup>	-	116.325	(32.140)	21.319	(24.132)	81.372	28.187	53.185	65.558	15.814
Efeitos postergação tarifárias <sup>(9)</sup>	9.538	(157)	-	(270)	(9.111)	-	-	-	-	-
Saldo a compensar <sup>(8)</sup>	4.325	(2.578)	(3.243)	82	3.144	1.730	908	822	1.312	418
<b>Total Passivo</b>	<b>700.287</b>	<b>425.747</b>	<b>(415.673)</b>	<b>43.790</b>	<b>(20.216)</b>	<b>733.935</b>	<b>187.614</b>	<b>546.321</b>	<b>304.935</b>	<b>429.000</b>
<b>Saldo Líquido</b>	<b>(420.184)</b>	<b>1.177.463</b>	<b>111.957</b>	<b>(2.307)</b>	<b>-</b>	<b>866.929</b>	<b>(39.766)</b>	<b>906.695</b>	<b>818.915</b>	<b>48.014</b>

- (1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA):** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- (2) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- (3) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.
- (4) **Repasso de sobrecontratação de energia (energia excedente):** a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
- (5) **Devoluções tarifárias:** refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriadas em passivos financeiros setoriais e atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP).
- (6) **Exposição de submercados:** representa o ganho financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrente da transferência de energia entre submercados.
- (7) **Garantias financeiras:** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.
- (8) **Saldo a compensar da CVA do ciclo anterior:** conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.
- (9) **Efeitos postergação tarifárias:** devido a pandemia do COVID-19, as controladas que passaram por reajuste tarifário no primeiro semestre de 2020, solicitaram a ANEEL o diferimento da aplicação do reajuste para a partir de 01 de julho de 2020 tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da conta de desenvolvimento energético - CDE em iguais montantes financeiros.
- (10) **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como diferimentos financeiros, compensação de créditos de ICMS, postergação de aplicação de reajustes das tarifas de energia elétrica e repasse de Compensação DIC/FIC etc.

Compensação de créditos referente a exclusão do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - no processo tarifário de 2021 das controladas ETO e ESS foram reconhecidos os créditos de PIS/COFINS referente as ações judiciais com trânsito em julgado que questionam a exclusão do ICMS da base de cálculo. O assunto ainda será matéria de regulamentação específica pela ANEEL, estando o tema em Consulta Pública nº 05/2021. No entanto, o Despacho nº 361/2021, em situações excepcionais, autoriza o uso antecipado a conclusão da referida Consulta Pública. Durante o processo de cálculo das novas tarifas do exercício de 2021, as controladas ETO e ESS efetuaram compensação de R\$12.981 e de R\$29.180, respectivamente, junto à Receita Federal do Brasil. Os montantes foram considerados como componente financeiro negativo extraordinário nos processos tarifários aprovados pelas Resoluções Homologatórias de nº 2.889 e de nº 2.893 de 29 de junho e de 06 de julho de 2021, respectivamente.

Postergação de aplicação de reajustes das tarifas de energia elétrica - as controladas EMT e EMS, devido aos altos impactos dos processos tarifários tiveram sua data de aplicação das novas tarifas postergadas de 08 de abril para o dia 22 de abril de 2021, para que a ANEEL tivesse tempo hábil para analisar todas as ações de mitigação do impacto tarifário. Os respectivos valores de R\$8.656 e R\$7.660, serão cobrados dos consumidores no próximo evento tarifário e foram reconhecidos pelas controladas como ativo financeiro setorial.

Repasso dos recursos da Conta de Comercialização de Itaipu - em 22 de novembro de 2021 as controladas diretas EMT (R\$292.298), EMS (R\$35.099) e ESS (R\$12.420) receberam recursos da conta de comercialização de Itaipu. O processo de repasse do recurso da Conta de Comercialização de Energia de Itaipu para as concessionárias foi deliberado na Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL ocorrida em 30 de novembro de 2021. O montante recebido foi contabilizado reduzindo a parcela dos ativos financeiros setoriais constituídos e a diferença de R\$ 74.163 contabilizado em passivo financeiro setorial.

**Adesão da CONTA COVID:** as controladas distribuidoras de energia elétrica, protocolaram em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-COVID no valor máximo de R\$808.209, destinados a cobertura total dos ativos e passivos financeiros. No exercício de 2020, foram recebidos o montante de R\$808.209.

Segue os valores contratados pelas controladas:

Recursos protocolados junto a CONTA-COVID			Entrada de recursos						
Controladas	Ativo financeiro setorial	Total	31/7/2020 (1)	12/8/2020 (2)	14/9/2020 (3)	13/10/2020 (4)	12/11/2020 (5)	14/12/2020 (6)	28/12/2020 (7)
Energisa Mato Grosso	377.985	377.985	206.454	31.347	41.691	11.994	39.830	22.284	24.385
Energisa Mato do Grosso do Sul	296.268	296.268	231.492	24.574	21.279	9.292	9.630	-	-
Energisa Tocantins	36.560	36.560	23.163	4.046	-	-	142	3.723	5.487
Energisa Sul Sudeste	97.396	97.396	97.396	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>808.209</b>	<b>808.209</b>	<b>558.505</b>	<b>59.967</b>	<b>62.970</b>	<b>21.286</b>	<b>49.602</b>	<b>26.007</b>	<b>29.872</b>

- (1) Despacho ANEEL nº 2.177, de 24 de julho de 2020;  
(2) Despacho ANEEL nº 2.353, de 11 de agosto de 2020;  
(3) Despacho ANEEL nº 2.640, de 11 de setembro de 2020;  
(4) Despacho ANEEL nº 2.914, de 9 de outubro de 2020;  
(5) Despacho ANEEL nº 3.197, de 11 de novembro de 2020;  
(6) Despacho ANEEL nº 3.490, de 10 de dezembro de 2020; e  
(7) Despacho ANEEL nº 3.621, de 21 de dezembro de 2020.

A criação da CONTA-COVID, foi instituída pelo Decreto nº 10.350/2020, em 18 de maio de 2020, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a finalidade específica de contratar e liquidar operações de crédito, destinadas à cobertura total ou parcial, quais sejam: (i) efeitos financeiros da sobrecontratação de energia; (ii) saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; (v) saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário; (vi) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário; e (vii) antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B.

O principal objetivo da instituição da CONTA-COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente.

De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da CONTA-COVID. Conforme art. 8 da Resolução Normativa os repasses efetuados pela CONTA-COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias.

Os valores da CONTA-COVID foram incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

## 13. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Subvenção Baixa renda <sup>(1)</sup>	-	-	36.818	33.244
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	143.066	118.069
Ordens de desativação em curso <sup>(2)</sup>	-	-	4.000	613
Ordens de serviços em curso e outros	-	-	5.061	6.796
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	1.342	1.341
Adiantamentos a fornecedores e empregados	87	87	31.406	22.859
Subvenção CDE - Desconto Tarifário <sup>(2)</sup>	-	-	126.594	122.631
Bônus - Reembolso do Fundo CDE <sup>(*)</sup>	-	-	158.239	-
Banco Daycoval <sup>(4)</sup>	-	-	-	176.791
Provisão p/ perdas Banco Daycoval <sup>(3)</sup>	-	-	-	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA <sup>(4)</sup>	-	-	85.200	85.106
(-) Ajuste a valor presente - CELPA <sup>(4)</sup>	-	-	(27.101)	(28.390)
Sub-rogação do CCC <sup>(5)</sup>	-	-	33.346	15.902
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos <sup>(6)</sup>	-	-	50.188	32.176
Padrão de baixa renda	-	-	3.260	3.260
Despesas pagas antecipadamente	-	-	47.948	44.920
Créditos Eletrobrás - LPT <sup>(7)</sup>	-	-	-	18.365
Provisões de créditos	-	-	(9.666)	(15.662)
Créditos Fiscais	-	-	3.962	3.962
Aquisição de combustível para conta CCC <sup>(8)</sup>	-	-	10.754	4.417
EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência <sup>(9)</sup>	-	-	15.108	16.141
Outros <sup>(10)</sup>	7.511	6.504	21.451	16.816
<b>Total</b>	<b>7.598</b>	<b>6.591</b>	<b>740.976</b>	<b>502.566</b>
Circulante	2.899	2.779	638.413	417.797
Não circulante	4.699	3.812	102.563	84.769

(\*) Vide nota explicativa nº 11.4 Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica.

(1) **Subvenção Baixa renda - consolidado:** esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. Os saldos em aberto referem-se as provisões de novembro e dezembro de 2021, sobre os quais a Administração não espera apurar perdas na realização em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Subvenção baixa renda	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
<b>Saldos consolidados em 2019</b>	<b>8.307</b>	<b>6.974</b>	<b>7.609</b>	<b>4.332</b>	<b>27.222</b>
Subvenção baixa renda	81.049	65.108	72.225	31.526	249.908
Ressarcimento pela CCEE	(79.286)	(63.555)	(70.305)	(30.740)	(243.886)
<b>Saldos consolidados em 2020</b>	<b>10.070</b>	<b>8.527</b>	<b>9.529</b>	<b>5.118</b>	<b>33.244</b>
Subvenção baixa renda	64.516	52.316	61.956	26.445	205.233
Ressarcimento pela CCEE	(63.384)	(51.885)	(60.683)	(25.707)	(201.659)
<b>Saldos consolidados em 2021</b>	<b>11.202</b>	<b>8.958</b>	<b>10.802</b>	<b>5.856</b>	<b>36.818</b>

(2) **Subvenção CDE - Desconto tarifário - consolidado:** refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do exercício- receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada período. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do período seguinte.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Subvenção CDE	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
<b>Saldos consolidados em 2019</b>	<b>39.656</b>	<b>14.518</b>	<b>20.249</b>	<b>29.921</b>	<b>104.344</b>
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	314.254	75.935	156.379	88.861	635.429
Ressarcimento pela CCEE	(282.205)	(73.947)	(161.630)	(99.360)	(617.142)
<b>Saldos consolidados em 2020</b>	<b>71.705</b>	<b>16.506</b>	<b>14.998</b>	<b>19.422</b>	<b>122.631</b>
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	323.294	84.115	160.649	95.988	664.046
Ressarcimento pela CCEE	(328.126)	(80.086)	(152.550)	(99.321)	(660.083)
<b>Saldos consolidados em 2021</b>	<b>66.873</b>	<b>20.535</b>	<b>23.097</b>	<b>16.089</b>	<b>126.594</b>

- (3) **Banco Daycoval:** refere-se ao valor transferido pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia Participações S.A., em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, EMS e ESS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor. As controladas realizaram no mês de janeiro de 2021, cessão de títulos no montante de R\$176.791 que se encontrava totalmente provisionado e que foram avaliados a valor justo resultando efeitos no caixa e na demonstração de resultado do exercício no consolidado. Vide maiores detalhes da operação do FIDC na nota explicativa nº 34 - Outros resultados - consolidado.
- (4) **Outros créditos a receber CELPA:** crédito que a Companhia e as controladas EMT, ETO, EMS e ESS tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intragrupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power Holding Energia S.A., até onde se compensarem, que passará a responder perante as Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power Holding Energia S.A. e o restante tiveram seus recebimentos iniciados em parcelas semestrais em 30 de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034.
- (5) **Sub-rogação CCC:** a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						2021	2020
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	25.439	22.975	29.790	12.795
Sistema de Transmissão Rondolandia	em serviço	10.203	4.613	4.574	(39)	-	39
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	2.415	1.056	3.556	3.068
<b>Total</b>		<b>53.125</b>	<b>41.782</b>	<b>32.428</b>	<b>23.992</b>	<b>33.346</b>	<b>15.902</b>
<b>Circulante</b>						<b>6.791</b>	<b>5.374</b>
<b>Não Circulante</b>						<b>26.555</b>	<b>10.528</b>

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado Despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento, aprovados pelo órgão regulador.

- (6) **Créditos a receber de terceiros:** refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.
- (7) **Créditos Eletrobrás - LPT** - a controlada EMT possui créditos a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás em função do Contrato nº ECFS-348/2014, firmando em 07 de agosto de 2014. O montante diz respeito às liberações finais da 6ª Tranche da subvenção econômica prevista no citado instrumento, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa Luz Para Todos, tendo como contrapartida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica. Em março de 2021 o ativo foi baixado em contrapartida da conta de obrigações especiais pendente de recebimento pelo encerramento da 6ª Tranche do Programa.
- (8) **Aquisição de combustível da conta CCC:** trata-se de direitos de ressarcimento da controlada EMT correspondentes ao custo de geração total, cujos gastos totais ultrapassaram o valor do ACRmed (custo coberto pelos consumidores da concessão). Os valores estabelecidos para o ano de 2021 foi de R\$253,50/MWh e em 2020 correspondia a R\$306,55/ MWh. A metodologia de apuração é estabelecida pela Lei nº 12.111/2017 regulamentada pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 801/2017 O saldo a receber em 31 de dezembro de 2021 é de R\$10.754 (R\$4.417 em 2020).
- (9) **EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência - Fundo de Previdência Patronal:** constituído por parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo, em planos de previdência que possuem alguma restrição desse resgate das contribuições patronais. Compõem também em seu saldo recursos oriundos de processos de migração de Planos. O Fundo Patronal está sendo utilizado para compensação das contribuições da Patrocinadora.

<sup>(10)</sup> **Outros:** inclui provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$11.744 (R\$2.078 em 2020).

## 14. Transações com partes relacionadas

---

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, que por sua vez detém o controle acionário de outras Companhias:

- Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG);
- Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB);
- Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO);
- Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE);
- Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF);
- Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO);
- Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC);
- Energisa Soluções S/A (ESOL);
- Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A (ESOLC);
- Energisa Comercializadora de Energia Ltda (ECOM); e
- Voltz Capital S/A.

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Denerge - Desenvolvimento Energético S/A, Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação indireta nas seguintes Companhias, como segue:

Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:

- Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;
- Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A; e
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A.

Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A:

- Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS);
- Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT);
- Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO);
- Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS);
- Multi Energisa Serviços S/A (MULTI);
- Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER);
- Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE); e
- QMRA Participações S/A.

Controlada direta da Alsol Energias Renováveis S/A:

- Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda. (Laralsol); e
- URB Energia Limpa Ltda (URB).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados a seguir:

#### Controladora:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Mútuos</b>				
. QMRA Participações S/A (“QMRA”)	384	-	352	-
. Energisa Participações Minoritárias S.A.	-	(211.776)	-	(197.186)
<b>Total - não circulante</b>	<b>384</b>	<b>(211.776)</b>	<b>352</b>	<b>(197.186)</b>

#### Condições dos contratos - controladora e consolidado:

Mútuos	Taxa Nominal	Vencimento
Energisa Participações Minoritárias S/A <sup>(1)</sup>	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/12/2022
Energisa S/A (créditos opção “C” - RJ) <sup>(2)</sup>	CDI + 2% a.a.	11/04/2036
QMRA Participações S/A <sup>(1)</sup>	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/01/2023

<sup>(1)</sup> Os contratos de mútuos que possuem prazo de 24 meses, nos termos dos contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média CDI+ 0,5914% (CDI + 0,4084% a.a. em 2020).

<sup>(2)</sup> Energisa S/A (créditos opção “C” - RJ - referem-se a créditos a receber da Companhia, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperada nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordado entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto fica mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final de cada período as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano.

#### Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia, referente a atualização dos contratos:

Companhias	Receitas / (-) Despesas financeira
QMRA Participações S/A	26
Energisa S/A	(23.572)
Energisa Participações Minoritárias S/A	(14.469)
<b>Total em 2021</b>	<b>(38.015)</b>
<b>Total em 2020</b>	<b>(6.417)</b>

#### Saldos dos passivos:

	Passivos						2021	2020
	Rede Energia	CTCE	Energisa Tocantins <sup>(1)</sup>	Energisa Mato Grosso <sup>(1)</sup>	Energisa Sul-Sudeste <sup>(1)</sup>	Energisa Mato Grosso do Sul <sup>(1)</sup>		
Energisa-RJ <sup>(2)</sup> Créditos adquiridos - RJ	-	-	-	-	-	-	-	(2.625)
Energisa S.A. Debêntures	-	(4.463)	(309.167)	(266.444)	(226.944)	(150.977)	(957.995)	(958.837)
Energisa Participações Minoritárias S/A Mútuo	(211.776)	-	-	-	-	-	(211.776)	(197.186)
	<b>(211.776)</b>	<b>(4.463)</b>	<b>(309.167)</b>	<b>(266.444)</b>	<b>(226.944)</b>	<b>(150.977)</b>	<b>(1.169.771)</b>	<b>(1.158.648)</b>

(1) As controladas ETO, EMT, EMS e ESS emitiram Debêntures em moeda corrente com condições e vencimentos conforme nota explicativa nº 23 - Debêntures (não conversíveis em ações). Em 31 de dezembro de 2021 o valor atualizado é de R\$957.995 (R\$958.837 em 2020), adquiridas pela Energisa S/A;

(2) Energisa RJ - Valores devidos pela da Companhia, originados dos credores.

#### Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia e suas controladas.

Empresas		Receitas / (-) Despesas financeira						2021	2020
		Rede Energia	CTCE	Energisa Tocantins	Energisa Mato Grosso	Energisa Sul-Sudeste	Energisa Mato Grosso do Sul		
Energisa	Mútuo	(23.571)	(247)	-	-	-	-	(23.818)	(14.311)
Energisa	Debêntures	-	-	(32.287)	(36.217)	(30.375)	(18.264)	(117.143)	(60.088)
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	17.977
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	17.370
Energisa Participações Minoritárias S/A	Mútuo	(14.469)	-	-	-	-	-	(14.469)	(27.576)
		<b>(38.040)</b>	<b>(247)</b>	<b>(32.287)</b>	<b>(36.217)</b>	<b>(30.375)</b>	<b>(18.264)</b>	<b>(155.430)</b>	<b>(66.628)</b>

Empresas	Serviços Contratados										2021	2020
	Energisa Soluções Construções S/A (1)	Energisa Soluções S/A (1)	Multi Energisa (1)	Energisa S/A(2)	Alsol (3)	EGO (4)	Para I (4)	Para II (4)	Amazo nas Transm (4)	Fundo FIDC (5)		
Multi Energisa	-	-	-	(2.291)	-	-	-	-	-	-	(2.291)	(2.089)
ESS	(23.997)	(3.516)	4.047	(29.038)	(98)	(194)	(205)	(13)	(89)	3.535	(49.568)	(55.519)
EMT	(53.722)	(13.041)	9.286	(58.541)	(859)	(461)	(10.586)	(31)	(207)	96.083	(32.079)	(92.774)
EMS	-	(7.603)	14.786	(34.528)	(463)	(253)	(267)	(17)	(115)	25.066	(3.394)	(28.116)
ETO	(19.247)	(3.662)	4.986	(25.013)	(591)	(117)	(124)	(8)	(54)	17.778	(26.052)	(38.814)
EPB	-	-	4.074	-	-	-	-	-	-	-	4.074	4.356
EBO	-	-	695	-	-	-	-	-	-	-	695	560
EMG	-	-	2.098	-	-	-	-	-	-	-	2.098	1.808
ENF	-	-	585	-	-	-	-	-	-	-	585	589
ESE	-	-	1.741	-	-	-	-	-	-	-	1.741	1.839
EAC	-	-	2.513	-	-	-	-	-	-	-	2.513	2.141
ERO	-	-	4.216	-	-	-	-	-	-	-	4.216	3.780
	<b>(96.966)</b>	<b>(27.822)</b>	<b>49.027</b>	<b>(149.411)</b>	<b>(2.011)</b>	<b>(1.025)</b>	<b>(11.182)</b>	<b>(69)</b>	<b>(465)</b>	<b>142.462</b>	<b>(97.462)</b>	<b>(202.239)</b>

(1) As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas e redes, subestações, engenharia e de projetos, e tele atendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica, estão suportados por contratos que foram homologados pela ANEEL.

(2) Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos, prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. Os contratos de compartilhamento foram firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL, e comissão de aval de garantias para contratos das controladas de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a.

- (3) Alsol Energia Renováveis S/A refere-se a serviços de execução do projeto de P&D.
- (4) Serviços prestados referente ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.
- (5) Fundo de Investimentos FIDIC - referente ao montante recebido do fundo de investimento por conta da cessão dos créditos comentados na nota explicativa nº 34 - Outros resultados - consolidado.

### Remuneração dos administradores:

	Consolidado	
	2021	2020
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	1.194	1.246
Remuneração da Diretoria	9.863	8.996
Outros Benefícios (*)	10.737	7.718

(\*) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiro relativas ao mês de setembro de 2021 foram de R\$72 e R\$2 no consolidado (R\$85 e R\$3 em 2020, no consolidado). A remuneração média mensal no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$20 no consolidado (R\$37 em 2020, no consolidado).

### Programa de Remuneração Variável (ILP) - Consolidado

As controladas ofereceram aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos das controladas a ser pago em Units da controladora Energisa S.A., até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho das controladas. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, as controladas possuem um total de quatro programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP (1)	2º programa ILP	3º programa ILP	4º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	86.668	71.163	71.831	95.939
Data aprovação do Conselho de Administração	10 de maio de 2018	09 de maio de 2019	10 de fevereiro de 2021	13 de maio de 2021
Data de início <i>vesting</i>	02 de maio de 2018	10 de maio de 2019	21 de dezembro de 2000	14 de maio de 2021
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos
Taxa de juros livre de risco (2)	8,2%	7,7%	5,27%	6,795%
Volatilidade (3)	29,29%	25,06%	50,51%	35,09
Valor justo na data da outorga	R\$44,35	R\$54,97	R\$43,69	R\$36,23
Movimentação	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

(1) Em 13 de maio de 2021, o Conselho de Administração da Controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 1º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo conforme segue:

Controladas	Liquidação do 1º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo	
	R\$	Número de Units (*)
Energisa Mato Grosso	1.385	29.444
Energisa Mato Grosso Sul	665	14.119
Energisa Tocantins	800	17.011
Energisa Sul Sudeste	370	7.866
<b>Total</b>	<b>3.220</b>	<b>68.440</b>

(\*) Valores líquidos de imposto de renda retido na fonte, de responsabilidade dos beneficiários.

(2) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J202). Para o 3º Programa: Taxa de juros = 5,27% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2023). Para o 4º Programa: Taxa de juros = 6,795% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2023);

(3) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o *Total Shareholder Return* TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa;

Não há opções exercíveis ou expiradas, em 30 de setembro de 2021, para os programas 2ºm 3º e 4º. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para dezembro.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, as controladas apuraram o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram contabilizados R\$3.855 (R\$2.912 em 2020) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas - pessoal e administradores. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido acumula R\$6.395 (R\$4.394 em 2020).

## 15. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia e suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas demonstrações financeiras de R\$459.545 na controladora e R\$1.011.979, no consolidado (R\$455.425 e R\$1.066.660, respectivamente, em 2020).

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das informações financeiras trimestrais e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	Consolidado	
	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Prejuízos fiscais	165.402	185.069
Base negativa da contribuição social	60.388	67.431
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Imposto de Renda	381.493	487.751
Contribuição Social	137.338	175.591
<b>Total - ativo não circulante</b>	<b>744.621</b>	<b>915.842</b>

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Passivo</b>				
<b>Diferenças Temporárias:</b>				
Imposto de Renda	265.524	271.018	1.309.334	1.296.628
Contribuição Social	95.589	97.567	471.360	466.786
<b>Total - passivo não circulante</b>	<b>361.113</b>	<b>368.585</b>	<b>1.780.694</b>	<b>1.763.414</b>
<b>Total passivo não circulante Líquido</b>	<b>(361.113)</b>	<b>(368.585)</b>	<b>(1.036.073)</b>	<b>(847.572)</b>

As diferenças temporárias são como segue:

	Controladora			
	2021		2020	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo/Passivo</b>				
Ajustes a valor presente	(988.852)	(336.210)	(1.010.829)	(343.682)
Deságio sobre investimento	(73.244)	(24.903)	(73.244)	(24.903)
<b>Total Passivo Não Circulante</b>	<b>(1.062.096)</b>	<b>(361.113)</b>	<b>(1.084.073)</b>	<b>(368.585)</b>

	Consolidado			
	2021		2020	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo/Passivo</b>				
Prejuízos fiscais	661.607	165.402	740.277	185.069
Base negativa da contribuição social	670.976	60.388	749.232	67.431
Créditos fiscais - ágio	64.594	21.962	75.360	25.622
Provisão ajuste atuarial	204.046	69.376	278.337	94.635
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias.	233.492	79.387	307.659	104.604
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - (PPECLD)	645.479	219.463	670.202	227.869
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras).	256.286	87.137	372.819	126.758
Marcação a mercado - empréstimos	19.091	6.491	187.621	63.791
Outras adições/exclusões temporárias	40.338	13.714	56.428	19.188
Contratos e prestações de serviços	(9.561)	(3.251)	2.573	875
Ajustes a valor presente <sup>(1)</sup>	(1.875.754)	(637.756)	(1.928.468)	(655.679)
Intangível - Mais Valia	(904.535)	(307.542)	(1.039.811)	(353.536)
Parcela do VNR do ativo financeiro indenizável da concessão e atualização <sup>(2)</sup>	(1.444.536)	(491.142)	(944.822)	(321.239)
Deságio sobre investimento	(188.407)	(64.058)	(188.407)	(64.058)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(71.769)	(24.401)	(89.317)	(30.368)
Marcação a mercado - derivativos	(680.125)	(231.243)	(995.685)	(338.534)
<b>Total</b>	<b>(2.378.778)</b>	<b>(1.036.073)</b>	<b>(1.746.002)</b>	<b>(847.572)</b>
<b>Total - Ativo Não Circulante</b>	<b>2.858.556</b>	<b>744.621</b>	<b>3.440.508</b>	<b>915.842</b>
<b>Total - Passivo Não Circulante</b>	<b>(5.237.334)</b>	<b>(1.780.694)</b>	<b>(5.186.510)</b>	<b>(1.763.414)</b>

(1) **Ajuste a valor presente:** refere-se basicamente ao ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e pela sua controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B.

(2) **Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações -:** refere-se ao Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR das controladas EMT, EMS, ETO e ESS.

A expectativa de realização dos créditos fiscais diferidos é como segue:

Exercício	Consolidado
2022	75.265
2023	57.641
2024	66.222
2025	67.551
2026	66.663
2027 e 2028	105.594
2029 a 2031	305.685
<b>Total</b>	<b>744.621</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	2021	2020
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.516.778	904.337
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(515.705)	(307.475)
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Equivalência patrimonial	528.103	315.130
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no exercício	(4.926)	(2.125)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>7.472</b>	<b>5.530</b>
Alíquota efetiva	<b>0,49%</b>	<b>0,61%</b>

	Consolidado	
	2021	2020
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.641.257	1.607.007
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(898.027)	(546.382)
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(6.230)	(6.709)
Incentivos fiscais regionais - Redução IRPJ (SUDAM) <sup>(1)</sup>	273.337	159.956
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no exercício	(7.112)	(4.551)
Incentivos fiscais - Pesquisa e Desenvolvimento (Lei do Bem)	14.514	10.752
Outras exclusões	21.983	7.778
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(601.535)</b>	<b>(379.156)</b>
Alíquota efetiva	<b>22,77%</b>	<b>23,59%</b>

<sup>(1)</sup> As controladas EMT e ETO possuem redução do imposto de renda e adicionais. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montaram em R\$273.337, sendo: R\$215.844 na controlada EMT e R\$57.493 na controlada ETO.

As controladas ETO e EMT obtiveram deferimento de seus pleitos em dezembro de 2014 pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, pelos seus respectivos Laudos Constitutivos números 113 e 114, que concedeu benefício fiscal de 75% de redução do Imposto de Renda, para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023.

Em 2018 as controladas, amparadas pela legislação vigente, formalizaram novo pedido para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo por mais 10 anos, a contar do momento da sua aprovação. Neste sentido, as controladas possuem processos que se encontram em fase de análise, formalizado junto à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Com a publicação da Lei n° 13.799/2019, estendeu-se o prazo para aprovação e obtenção do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos das controladas tenham sua instrução garantida por parte da SUDAM até o ano calendário de 2028, após a emissão dos Laudos Constitutivos, aumentando o prazo de fruição em 5 anos.

## Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A Companhia e suas controladas, em agosto de 2021, impetraram Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia e suas controladas avaliaram junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluíram sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A Administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 31 de dezembro de 2021 compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

### 16. Ativo financeiro indenizável da concessão - consolidado

Os contratos de distribuição de energia elétrica das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e nos contratos de concessão assinados pelas controladas e Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$509.614 (R\$165.871 em 2020).

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

	Saldos em 2020	Adições <sup>(1)</sup>	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão <sup>(2)</sup>	Saldos em 2021
Energisa Mato Grosso (EMT)	3.183.825	376.748	(29.479)	353.014	3.884.108
Energisa Tocantins (ETO)	40.155	2.850	(3)	4.107	47.109
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.251.680	212.600	(4.879)	139.981	1.599.382
Energisa Sul Sudeste (ESS)	101.425	22.257	(166)	12.512	136.028
<b>TOTAL GERAL - Não Circulante</b>	<b>4.577.085</b>	<b>614.455</b>	<b>(34.527)</b>	<b>509.614</b>	<b>5.666.627</b>

(1) Adições: refere-se à transferência originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

(2) Os ativos financeiros estão demonstrados a valor justo, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa de valor justo do ativo.

	Saldos em 2019	Adições <sup>(1)</sup>	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão <sup>(2)</sup>	Saldos em 2020
Energisa Mato Grosso (EMT)	2.689.436	395.689	(15.059)	113.759	3.183.825
Energisa Tocantins (ETO)	28.297	6.792	(110)	5.176	40.155
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.095.447	114.844	(2.740)	44.129	1.251.680
Energisa Sul Sudeste (ESS)	62.080	36.561	(23)	2.807	101.425
<b>TOTAL GERAL - Não Circulante</b>	<b>3.875.260</b>	<b>553.886</b>	<b>(17.932)</b>	<b>165.871</b>	<b>4.577.085</b>

(1) Adições: refere-se à transferência originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

(2) Os ativos financeiros estão demonstrados a valor justo, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa de valor justo do ativo.

## 17. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Participação em controladas	4.486.104	4.483.741	-	-
Outros	103	103	7.731	7.727
<b>Total</b>	<b>4.486.207</b>	<b>4.483.844</b>	<b>7.731</b>	<b>7.727</b>

Participação em controladas:

2021									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
<b>Distribuição</b>								<b>1.337.682</b>	<b>3.998.185</b>
Energisa Tocantins	76,67	500	532.190	3.230.211	2.225.269	1.004.942	246.462	188.965	770.501
Energisa Mato Grosso	57,68	126.292	1.677.113	11.708.070	8.558.436	3.149.634	1.091.487	629.602	1.816.803
Energisa Mato Grosso do Sul	64,01	414	616.733	5.639.039	4.388.641	1.250.398	554.177	354.734	800.392
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A.	99,25	96	534.717	2.981.099	2.365.997	615.102	165.623	164.381	610.489
<b>Comercialização</b>								<b>154</b>	<b>-</b>
Companhia Técnica de Comercialização de Energia <sup>(1)</sup>	99,98	5	2.345	5.714	208.394	(202.680)	154	154	-
<b>Prestação de Serviços</b>								<b>8.816</b>	<b>15.500</b>
Multi Energisa Serviços S.A.	99,90	1	5.000	27.628	12.112	15.516	8.825	8.816	15.500
<b>Holdings e demais Companhias</b>								<b>201.050</b>	<b>466.878</b>
QMRA Participações S.A.	100,00	4.371	2.194	2.791	386	2.405	42	42	2.405
Rede Power Holding Energia S.A.	99,99	263	235.379	496.461	31.942	464.519	201.027	201.008	464.473
<b>Total</b>								<b>1.547.702</b>	<b>4.480.563</b>

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$202.637 (R\$202.790 em 2020) registrado em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

2020									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
<b>Distribuição</b>								<b>836.128</b>	<b>3.996.683</b>
Energisa Tocantins	76,67	500	532.190	3.349.073	2.407.739	941.334	203.750	156.218	721.732
Energisa Mato Grosso	57,68	126.292	1.677.113	9.948.407	6.853.547	3.094.860	636.419	367.102	1.785.208
Energisa Mato Grosso do Sul	64,01	414	616.733	4.425.976	3.063.687	1362.289	295.936	189.432	872.015
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A.	99,25	96	534.717	2.397.394	1.774.998	622.396	124.308	123.376	617.728
<b>Comercialização</b>								<b>(18.910)</b>	<b>-</b>
Companhia Técnica de Comercialização de Energia <sup>(1)</sup>	99,98	5	2.345	5.500	208.334	(202.834)	(18.923)	(18.910)	-
<b>Prestação de Serviços</b>								<b>6.963</b>	<b>14.535</b>
Multi Energisa Serviços S.A.	99,90	1	5.000	25.711	11.161	14.550	6.970	6.963	14.535
<b>Holdings e demais Companhias</b>								<b>102.673</b>	<b>472.523</b>
QMRA Participações S.A.	100,00	4.371	2.194	2.715	355	2.360	13	13	2.360
Rede Power Holding Energia S.A.	99,99	263	235.379	528.128	57.918	470.210	105.875	102.660	470.163
<b>Total</b>								<b>926.854</b>	<b>4.483.741</b>

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$202.790 (R\$185.588 em 2019) registrado em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

#### Movimentação dos investimentos:

Controlada	Saldos em 2020	Ganho/(Perda) aquisição de ações <sup>(*)</sup>	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldos em 2021
<b>Distribuição</b>	<b>3.996.683</b>	<b>(17.413)</b>	<b>(1.376.552)</b>	<b>57.785</b>	<b>1.337.682</b>	<b>3.998.185</b>
Energisa Tocantins	721.732	(25.173)	(123.921)	8.898	188.965	770.501
Energisa Mato Grosso	1.785.208	7.039	(623.016)	17.970	629.602	1.816.803
Energisa Mato Grosso do Sul	872.015	371	(432.952)	6.224	354.734	800.392
Energisa Sul Sudeste	617.728	350	(196.663)	24.693	164.381	610.489
<b>Comercialização</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>154</b>	<b>-</b>
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	-	-	-	154	-
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>14.535</b>	<b>-</b>	<b>(7.839)</b>	<b>(12)</b>	<b>8.816</b>	<b>15.500</b>
Multi Energisa Serviços S.A.	14.535	-	(7.839)	(12)	8.816	15.500
<b>Holdings e demais companhias</b>	<b>472.523</b>	<b>229</b>	<b>(210.416)</b>	<b>3.492</b>	<b>201.050</b>	<b>466.878</b>
QMRA Participações S.A.	2.360	-	3	-	42	2.405
Rede Power do Brasil S.A.	470.163	229	(210.419)	3.492	201.008	464.473
<b>Total</b>	<b>4.483.741</b>	<b>(17.184)</b>	<b>(1.594.807)</b>	<b>61.265</b>	<b>1.547.702</b>	<b>4.480.563</b>

(\*) Transações entre sócios - apurada no investimento junto as controladas Energisa Mato Grosso, Energisa Sul Sudeste, Rede Power, reflexas de perda no montante de R\$19.185, referente a: (i) R\$6.319 de ganho na distribuição de dividendos; (ii) R\$5 de perdas de compra de ações da controladora ESS; (iv) R\$21 apurado pela Rede Power, referente a ganho de recebimento de dividendos; (v) R\$25.520 apurado pela ETO, referente a perda no Acordo do Estado do Tocantins. Adicionalmente foram apurados por equivalência ganhos de R\$2.001 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das empresas do Grupo.

Controladas	Saldos em 2019	Subscrição/aquisição e AFAC <sup>(*)</sup>	Ganho/Perda aquisições de ações <sup>(**)</sup>	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldos em 2020
<b>Distribuição</b>	<b>3.521.502</b>	<b>(65.337)</b>	<b>(4.281)</b>	<b>(303.079)</b>	<b>11.750</b>	<b>836.128</b>	<b>3.996.683</b>
Energisa Tocantins	592.374	-	732	(31.935)	4.343	156.218	721.732
Energisa Mato Grosso	1.552.336	(65.351)	(5.944)	(69.751)	6.816	367.102	1.785.208
Energisa Mato Grosso do Sul	807.645	-	509	(125.000)	(571)	189.432	872.015
Energisa Sul Sudeste	569.147	14	422	(76.393)	1.162	123.376	617.728
<b>Comercialização</b>	<b>-</b>	<b>1.845</b>	<b>(137)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(18.910)</b>	<b>-</b>
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	1.845	(137)	-	-	(18.910)	-
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>16.935</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(10.548)</b>	<b>1.185</b>	<b>6.963</b>	<b>14.535</b>

Controladas	Saldos em 2019	Subscrição/aquisição e AFAC (*)	Ganho/Perda aquisições de ações (**)	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldos em 2020
Multi Energisa Serviços S.A.	16.935	-	-	(10.548)	1.185	6.963	14.535
<b>Holdings e demais companhias</b>	<b>426.105</b>	-	<b>291</b>	<b>(56.226)</b>	<b>(320)</b>	<b>102.673</b>	<b>472.523</b>
QMRA Participações S.A.	2.350	-	-	(3)	-	13	2.360
Rede Power do Brasil S.A.	423.755	-	291	(56.223)	(320)	102.660	470.163
<b>Total</b>	<b>3.964.542</b>	<b>(63.492)</b>	<b>(4.127)</b>	<b>(369.853)</b>	<b>12.615</b>	<b>926.854</b>	<b>4.483.741</b>

(\*) O montante de R\$65.351 refere-se a cessão de parte do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital da controladora para a acionista Energisa Participações Minoritárias.

(\*\*) Transações entre sócios - apurada no investimento junto as controladas CTCE, Energisa Mato Grosso, Energisa Sul Sudeste, Rede Power, reflexas de (perdas) no montante de R\$7.039, referente a: (i) R\$137 da CTCE, refere-se a mudança de percentual de participação do capital social; (ii) R\$6.891 de perdas na distribuição de dividendos; (iii) R\$6 de perdas de compra de ações da controladora ESS; (iv) R\$5, apurado pela Rede Power, referente a ganho de recebimento de dividendos. Adicionalmente foram apurados por equivalência ganhos de R\$2.912 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das empresas do Grupo.

## 18. Ativo contratual - infraestrutura em construção - consolidado

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2020	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos em 2021
<b>Ativo contratual - infraestrutura em construção</b>					
Em construção	583.572	1.478.897	(587.558)	(675.764)	799.147
<b>(-) Obrigações Vinculadas à Concessão</b>					
Em construção	237.276	100.275	(64.838)	(61.309)	211.404
<b>Total do ativo contratual - infraestrutura em construção</b>	<b>346.296</b>	<b>1.378.622</b>	<b>(522.720)</b>	<b>(614.455)</b>	<b>587.743</b>

	Saldos em 2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos em 2020
<b>Ativo contratual - infraestrutura em construção</b>					
Em construção	799.071	997.875	(619.757)	(593.617)	583.572
<b>(-) Obrigações Vinculadas à Concessão</b>					
Em construção	112.424	188.793	(24.210)	(39.731)	237.276
<b>Total do ativo contratual - infraestrutura em construção</b>	<b>686.647</b>	<b>809.082</b>	<b>(595.547)</b>	<b>(553.886)</b>	<b>346.296</b>

(1) Do montante total de R\$522.720 (R\$595.547 em 2020), R\$523.118 foram transferidos para o ativo intangível - contrato de concessão e R\$(398) para imobilizado.

(2) As baixas realizadas no exercício de R\$614.455 (R\$553.886 em 2020) referem-se ao montante transferido para o ativo financeiro indenizável da concessão por corresponder a parcela bifurcada do ativo contratual líquido a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

## 19. Imobilizado - consolidado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências <sup>(1)</sup>	Depreciação	Saldos em 2021
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Custo:						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	2.473	-	14.379	-	16.852
Máquinas e Equipamentos	15,20%	124.517	-	12.771	-	137.288
Veículos	14,29%	-	-	396	-	396
Móveis e utensílios	6,25%	30.492	-	1.469	-	31.961
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>157.482</b>	<b>-</b>	<b>29.015</b>	<b>-</b>	<b>186.497</b>
Depreciação acumulada:						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(698)	-	(84)	(215)	(997)
Máquinas e Equipamentos		(94.389)	-	(5)	(9.104)	(103.498)
Veículos		-	-	(2)	(22)	(24)
Móveis e utensílios		(19.203)	-	-	(1.208)	(20.411)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(114.290)</b>	<b>-</b>	<b>(91)</b>	<b>(10.549)</b>	<b>(124.930)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>43.192</b>	<b>-</b>	<b>28.924</b>	<b>(10.549)</b>	<b>61.567</b>
Imobilizado em curso		33.212	25.622	(29.322)	-	29.512
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>76.404</b>	<b>25.622</b>	<b>(398)</b>	<b>(10.549)</b>	<b>91.079</b>

<sup>(1)</sup> O montante de R\$398 refere-se às reclassificações para o Intangível - contrato de concessão.

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 2019	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 2020
<b>Imobilizado em Serviço</b>							
Custo:							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	2.473	-	-	-	-	2.473
Máquinas e Equipamentos	15,76%	116.185	-	8.418	(86)	-	124.517
Móveis e utensílios	6,25%	28.806	-	1.686	-	-	30.492
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>147.464</b>	<b>-</b>	<b>10.104</b>	<b>(86)</b>	<b>-</b>	<b>157.482</b>
Depreciação acumulada:							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(619)	-	-	-	(79)	(698)
Máquinas e Equipamentos		(85.132)	-	-	49	(9.306)	(94.389)
Móveis e utensílios		(18.058)	-	-	-	(1.145)	(19.203)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(103.809)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>49</b>	<b>(10.530)</b>	<b>(114.290)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>43.655</b>	<b>-</b>	<b>10.104</b>	<b>(37)</b>	<b>(10.530)</b>	<b>43.192</b>
Imobilizado em curso		5.526	45.405	(17.719)	-	-	33.212
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>49.181</b>	<b>45.405</b>	<b>(7.615)</b>	<b>(37)</b>	<b>(10.530)</b>	<b>76.404</b>

## 20. Intangível - consolidado

	2021	2020
Intangível - contrato de concessão	5.371.163	5.526.948
Intangível - direito de uso	11.866	25.850
Intangível - software	100.974	87.266
<b>Total</b>	<b>5.484.003</b>	<b>5.640.064</b>

## 20.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos em 2021
<b>Intangível em Serviço</b>						
Custo:	7,32%	15.616.617	589.269	(174.703)	-	16.031.183
Amortização Acumulada		(8.299.742)	(1.325)	117.201	(800.291)	(8.984.157)
<b>Subtotal</b>		<b>7.316.875</b>	<b>587.944</b>	<b>(57.502)</b>	<b>(800.291)</b>	<b>7.047.026</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão Em Serviço</b>						
Custo	3,81%	3.938.133	64.838	(194)	-	4.002.777
Amortização Acumulada		(2.148.206)	(12)	-	(178.696)	(2.326.914)
<b>Total das Obrigações vinculadas à concessão</b>		<b>1.789.927</b>	<b>64.826</b>	<b>(194)</b>	<b>(178.696)</b>	<b>1.675.863</b>
<b>Total Intangível</b>		<b>5.526.948</b>	<b>523.118</b>	<b>(57.308)</b>	<b>(621.595)</b>	<b>5.371.163</b>

- (1) Do montante total de R\$523.118, R\$522.720 foram transferidos para o ativo contratual - infraestrutura em construção e R\$398 para o imobilizado;
- (2) As baixas no montante de R\$57.308 referem-se às baixas realizadas no exercício contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e, ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.
- (3) As controladas EMT, EMS, ETO e ESS registraram no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$31.026 (R\$31.032 em 2020), e o montante de R\$1.168 referente a provisão de despesa de incorporação de redes.

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2019	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos em 2020
<b>Intangível em Serviço</b>						
Custo:	7,31%	15.158.362	619.757	(161.502)	-	15.616.617
Amortização Acumulada		(7.629.597)	(13)	110.290	(780.422)	(8.299.742)
<b>Subtotal</b>		<b>7.528.765</b>	<b>619.744</b>	<b>(51.212)</b>	<b>(780.422)</b>	<b>7.316.875</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão Em Serviço</b>						
Custo	3,78%	3.913.923	24.210	-	-	3.938.133
Amortização Acumulada		(1.994.469)	(13)	-	(153.724)	(2.148.206)
<b>Total das Obrigações vinculadas à concessão</b>		<b>1.919.454</b>	<b>24.197</b>	<b>-</b>	<b>(153.724)</b>	<b>1.789.927</b>
<b>Total Intangível</b>		<b>5.609.311</b>	<b>595.547</b>	<b>(51.212)</b>	<b>(626.698)</b>	<b>5.526.948</b>

- (1) O montante de R\$595.547 são transferências oriundas do ativo contratual - Infraestrutura em construção.
- (2) As baixas no montante de R\$51.212 referem-se às baixas realizadas no exercício contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e, ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.
- (3) As controladas EMT, EMS, ETO e ESS registraram no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$31.032 (R\$31.682 em 2019), não inclui o montante de R\$61 referente a provisão de despesa de incorporação de redes.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691, de 08 de dezembro 2015 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pelas controladas ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios

econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 7,32% (7,31% em 2020).

O saldo do intangível e ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas à concessão, que são representadas por:

	2021	2020
Contribuições do consumidor <sup>(1)</sup>	1.805.803	1.705.285
Participação da União - Estados e Municípios <sup>(2)</sup>	3.090.009	3.089.873
Reserva para reversão	5.956	6.529
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	241.720	241.720
(-) Amortização acumulada	(2.326.914)	(2.148.206)
<b>Total</b>	<b>2.816.574</b>	<b>2.895.201</b>
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	929.307	867.998
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.675.863	1.789.927
Infraestrutura - Ativo contratual - infraestrutura em construção	211.404	237.276
<b>Total</b>	<b>2.816.574</b>	<b>2.895.201</b>

<sup>(1)</sup> As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

<sup>(2)</sup> A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao Programa Luz para Todos.

## 20.2. Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 2021
<b>Direito de Uso - Imóveis</b>							
Custo:	23,06%	43.434	8.237	452	(13.259)	-	38.864
Amortização Acumulada		(17.584)	-	(452)	-	(8.962)	(26.998)
<b>Total</b>		<b>25.850</b>	<b>8.237</b>	<b>-</b>	<b>(13.259)</b>	<b>(8.962)</b>	<b>11.866</b>

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2019	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2020
<b>Direito de Uso - Imóveis</b>						
Custo:	22,24%	32.924	11.597	(1.087)	-	43.434
Amortização Acumulada		(8.280)	-	-	(9.304)	(17.584)
<b>Total</b>		<b>24.644</b>	<b>11.597</b>	<b>(1.087)</b>	<b>(9.304)</b>	<b>25.850</b>

## 20.3. Intangível - software

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferência	Amortização	Saldos em 2021
<b>Intangível</b>						
Em serviço:	20,00%	223.795	-	21.929	-	245.724
Amortização Acumulada		(158.370)	-	-	(26.422)	(184.792)
Em curso		21.841	40.130	(21.929)	-	40.042
<b>Total</b>		<b>87.266</b>	<b>40.130</b>	<b>-</b>	<b>(26.422)</b>	<b>100.974</b>

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2019	Adições	Transferência (1)	Baixas	Amortização	Saldos em 2020
<b>Intangível</b>							
Em serviço:	20,00%	213.703	-	10.488	(396)	-	223.795
Amortização Acumulada		(134.089)	-	-	363	(24.644)	(158.370)
Em curso		117	24.597	(2.873)	-	-	21.841
<b>Total</b>		<b>79.731</b>	<b>24.597</b>	<b>7.615</b>	<b>(33)</b>	<b>(24.644)</b>	<b>87.266</b>

(1) O montante de R\$7.615 refere-se às reclassificações para o Imobilizado.

## 21. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
CCEE (1)	-	-	92.629	331.445
Contratos Bilaterais (2)	-	-	743.518	671.169
Uso de rede básica (2)	-	-	81.876	81.809
Encargos de Serviço no sistema (3)	-	-	356.181	33.645
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (2)	-	-	7.700	6.282
Conexão a rede	-	-	22.188	19.553
Materiais, serviços e outros (4)	166	130	170.076	144.510
<b>Total</b>	<b>166</b>	<b>130</b>	<b>1.474.168</b>	<b>1.288.413</b>
Circulante	166	130	1.406.984	1.215.739
Não Circulante	-	-	67.184	72.674

(1) CCEE - a conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões do MCP e diminuiu principalmente pela queda do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), que atingiu média próxima ao piso, comparando novembro-dezembro/21 com novembro-dezembro/20. O PLD além de precificar as liquidações de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valoriza as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

(2) Contratos bilaterais e uso da rede básica - corresponde a aquisição de energia elétrica ocorrida no exercício, firmados com geradores tendo sua variação ocorrida no exercício principalmente pelas alterações expressiva no dólar causando impacto direto na despesa dos contratos de Itaipu e devido aos reajustes de preços dos demais contratos pelos índices de inflação (IPCA/IGP-M/INPC). O prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(3) Encargos do serviço do sistema - a variação dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à previsão de aumento do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão, principalmente, de Segurança Energética. Apesar da melhora das condições hidrológicas com as chuvas do 4ºTRI de 2021, a situação ainda é de atenção com o nível dos reservatórios e o acionamento das térmicas fora da ordem de mérito é fundamental para a garantia da segurança do atendimento ao SIN no ano do 2022.

(4) Materiais, serviços e outros - referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica. O prazo médio de liquidação nas controladas são de 30 dias.



	Consolidado								
	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2020
<b>Mensuradas ao custo</b>									
<b>Moeda nacional</b>									
Pré Fixado	31.483	-	(4.194)	(1.774)	1.778	-	-	2.111	29.404
Pós Fixado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDI	1.513.983	1.073.333	(513.333)	(43.683)	89.817	-	-	-	2.120.117
TR	644.894	-	-	(43.174)	43.349	-	-	-	645.069
Gastos com captação	(641)	-	-	-	960	(1.067)	-	-	(748)
Outros	128.814	-	-	-	-	-	-	19.655	148.469
<b>Total do custo</b>	<b>2.318.533</b>	<b>1.073.333</b>	<b>(517.527)</b>	<b>(88.631)</b>	<b>135.904</b>	<b>(1.067)</b>	-	<b>21.766</b>	<b>2.942.311</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>									
<b>Moeda estrangeira</b>									
Dólar	1.747.098	133.725	(575.667)	(60.675)	513.961	-	-	-	1.758.442
Euro	210.506	122.972	-	(3.883)	137.167	-	-	-	466.762
Gastos com captação	(1.850)	-	-	-	754	-	-	-	(1.096)
Marcação a mercado	15.928	-	-	-	-	-	724	-	16.652
<b>Total ao valor justo</b>	<b>1.971.682</b>	<b>256.697</b>	<b>(575.667)</b>	<b>(64.558)</b>	<b>651.882</b>	-	<b>724</b>	-	<b>2.240.760</b>
<b>Total</b>	<b>4.290.215</b>	<b>1.330.030</b>	<b>(1.093.194)</b>	<b>(153.189)</b>	<b>787.786</b>	<b>(1.067)</b>	<b>724</b>	<b>21.766</b>	<b>5.183.071</b>
Circulante	781.854	-	-	-	-	-	-	-	2.067.303
Não Circulante	3.508.361	-	-	-	-	-	-	-	3.115.768

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantias (*)
	2021	2020						
<b>REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.</b>								
Credores "RJ" - Bicbanco	6.932	6.320	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,25%		R
Credores "RJ" - BNB	15.277	13.929	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,25%		R
Credores "RJ" - Opção "C"	171.060	148.469	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,25%		-
Total em Moeda Nacional	193.269	168.718						
Total Rede Energia Participações S.A.	193.269	168.718						
<b>EMT</b>								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.756	353.498	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	7,05%		R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	443.566	481.684	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	5,12%		R
Nota Flutuante de Juros - Santander (1,4)	-	-	CDI + 1,25% a 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral a partir de dez/19	5,67% a 5,74%		A
Nota Promissória 2ª Emissão (1)	320.270	304.361	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final	5,22% a 0,00%		A
Santander FRN4133870 (1)	194.743	192.161	CDI + 0,95% a.a.	fev/23	Semestral a partir de fev/22	5,37% a 0,00%		A
CCB BRADESCO 24032020 (1)	-	137.301	CDI + 4,8005% a.a.	mar/21	Final	9,22% a 0,00%		A
CCB ITAÚ 1011200300114	-	30.499	CDI + 4,10% a.a.	mar/21	Final	8,52% a 0,00%		A
Santander FRN 4135786	-	332.290	CDI + 4,60% a.a.	mar/21	Final	9,02% a 0,00%		A
Santander FRN 4137163	-	69.701	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	8,52% a 0,00%		A
Santander FRN 4137165	-	69.700	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final	8,52% a 0,00%		A
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A (1)	145.584	-	IPCA + 4,83% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22	14,89% a 0,00%		A + R

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantias (*)
	2021	2020						
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B (1)	188.279	-	IPCA + 4,83% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27	14,89%	0,00%	A + R
EMT X ENERGISA PREV - Migração 2020	2.019	-	INPC + 5,460% a.a.	dez/31	Mensal	15,62%		A
EMT X ENERGISA PREV - Déficit DE 2017	6.779	-	INPC + 5,45% a.a.	nov/33	Mensal	15,61%		A
EMT X ENERGISA PREV - Déficit 2015 A 2019	170	-	INPC + 5,47% a.a.	out/39	Mensal	15,63%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(1.417)	(518)						
Total em Moeda Nacional	1.653.749	1.970.677						
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	-	128.375	Libor + 1,20% a1,60% a.a.	jan/21	Final	8,75%	9,15%	A
Citibank Loan - 4131 (1)	40.068	74.624	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	9,25%		A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	40.065	74.619	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	9,35%		A
EMT X SCOTIABANK - LOAN 4131 - 11062021	130.840	-	1,2070% a.a.	jun/24	Final	8,60%		A
J P MORGAN Loan (1)	-	139.083	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final	8,60%		A
Merryl Lynch Loan (1)	67.509	68.115	0,6870% a.a.	dez/22	Final	-0,20%		A
Scotiabank Loan (1)	274.583	255.699	2,1964% a.a.	dez/22	Final	9,59%		A
Citibank Loan 56416 (1)	64.793	60.347	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	8,15%		A
Merryl Lynch Loan 12062020 (1)	-	88.973	2,83% a.a.	jan/21	Final	10,22%		A
Merryl Lynch Loan 25082021 (1)	256.476	-	Libor + 1,70% a.a.	set/23	Final	9,25%		A
Citibank Loan 59606 (1)	111.759	-	Libor + 1,18% a.a.	ago/23	Final	8,73%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(109)	(328)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.071	8.059						
Total em Moeda Estrangeira	987.055	897.566						
Total EMT	2.640.804	2.868.243						

EMS								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.785	291.571	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	7,05%		R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	202.403	219.794	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	5,12%		R
Nota Promissória (1)	75.735	71.866	CDI + 0,95% a.a.	mar/23	Final	5,37%		A
CCB Safra 001660014	80.230	81.816	CDI + 1,80% a.a.	jun/23	Final	6,22%		A
EMS X SANTANDER FRN 4137245	-	67.937	CDI + 4,10% a.a.	ago/21	Final	8,52%		A
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A (1)	118.850	-	IPCA + 4,83% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22	14,89%		A + R
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B (1)	153.706	-	IPCA + 4,83% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27	14,89%		A + R
EMS X ENERGISA PREV - Migração 2020	547	-	INPC + 5,00% a.a.	abr/29	Mensal	15,16%		A
Nota Promissória 3ª emissão (1)	51.809	-	CDI + 1,75% a.a.	jul/24	Final	6,17%		A
EMS X SANTANDER CCB 1038715	155.185	-	CDI + 1,70% a.a.	jul/23	Final	6,12%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(1.496)	(230)						
Total em Moeda Nacional	1.128.754	732.754						-
Citibank Loan - 4131 (1)	40.346	75.142	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021	9,25%		A

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	2021	2020					
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	40.337	75.125	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual após 2021	9,35%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1,4)	-	-	Libor + 0,825% a.a.	set/21	Final	8,38%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	71.635	72.278	0,99% a.a. Pré	mai/22	Final	0,10%	A
EMS X BAML - LOAN 4131 - 28012021 (1)	86.080	-	1,83% a.a. Pré	fev/24	Final	9,22%	A
Loan Citi - 59382 (1)	151.383	-	Libor + 1,16% a.a.	jul/24	Final	8,71%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(92)	(314)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(1.508)	1.202					
Total em Moeda Estrangeira	388.181	223.433					
Total EMS	1.516.935	956.187					
<b>ETO</b>							
Luz para Todos I - Eletrobrás	1.073	4.293	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	6,00%	R
CCB ITAÚ 101120030007500	-	20.335	CDI + 4,00% a.a.	mar/21	Final	8,42%	A
ETO X BNDES - 20.2.0496-1 (1)	180.080	-	IPCA + 4,83% a.a.	dez/34	Mensal a partir de abr/22	14,89%	A + R
ETO X ENERGISA PREV - Migração 2020	1.297	-	INPC + 4,964% a.a.	jun/30	Mensal	15,12%	A
ETO X ENERGISA PREV - Déficit DE 2017	16	-	INPC + 5,45% a.a.	nov/33	Mensal	15,61%	A
ETO X ENERGISA PREV - Déficit 2017 2018 2019	53	-	INPC + 4,75% a.a.	ago/23	Mensal	14,91%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(791)	-					
Total em Moeda Nacional	181.728	24.628					
Resolução 4131 - Itaú (1)	-	270.261	4,352% a.a. (Pré)	jun/21	Final	11,74%	R
Loan Citi - 4131 (1)	31.326	58.349	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	9,25%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	31.317	58.331	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	9,35%	A
Merrill lynch Loan (1)	-	161.733	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	8,75%	A
ETO X BAML - LOAN 4131 - 28012021	86.080	-	1,83% a.a. Pré	fev/24	Final	9,22%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(87)	(297)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(16)	3.349					
Total em Moeda Estrangeira	148.620	551.726					
Total ETO	330.348	576.354					
<b>ESS</b>							
CCB ITAÚ 101120030007400	-	40.672	CDI + 4,00%	mar/21	Final	8,42%	A
ESS X BNDES - 20.2.0497-1	138.636	-	IPCA + 5,10%	dez/34	Mensal a partir de abr/22	15,16%	A + R
ESS X ENERGISA PREV - Migração 2020	7.731	-	INPC + 4,906%	abr/31	Mensal	15,07%	A
ESS X ENERGISA PREV - Déficit DE 2017	73	-	INPC + 5,45%	nov/33	Mensal	15,61%	A
ESS X ENERGISA PREV - Déficit 2017 2018 2019	400	-	INPC + 4,75%	ago/29	Mensal	14,91%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 1ª SERIE	9.255	-	CDI + 1,50%	ago/22	Final	5,92%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 2ª SERIE	9.801	-	CDI + 1,50%	ago/23	Final	5,92%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 3ª SERIE	94.079	-	CDI + 1,50%	ago/24	Final	5,92%	A

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	2021	2020					
Custo de captação incorrido na contratação	(997)	-					
Total em Moeda Nacional	258.978	40.672					
Loan Citi - 4131 (1)	19.143	35.654	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	9,25%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	19.147	35.656	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	9,35%	A
Merrill lynch Loan (1)	-	102.546	Libor + 1,20% a.a.	ago/21	Final	8,75%	A
Merrill lynch Loan (1)	154.544	155.944	0,87% Pré a.a.	jun/22	Final	-0,02%	A
Scotiabank Loan (1)	68.646	63.925	2,1964% Pré a.a.	dez/22	Final	9,59%	A
Merrill lynch Loan (1)	168.909	170.425	0,7257% Pré a.a.	jan/23	Final	8,12%	A
Scotiabank Loan - 14122021 (1)	137.599	-	1,9805% Pré a.a.	dez/24	Final	9,37%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(52)	(157)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	200	4.042	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	568.136	568.035					
Total ESS	827.114	608.707					
<b>CTCE</b>							
Credores "RJ" - BMG	5.333	4.862	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%	-
Total em Moeda Nacional	5.333	4.862					
Total CTCE	5.333	4.862					
Em Moeda Nacional	3.421.811	2.942.311					
Em Moeda Estrangeira	2.091.992	2.240.760					
Total Rede Consolidada	5.513.803	5.183.071					

(\*) A=Aval Energisa S/A, R=Recebíveis.

(1) Condições de *covenants* - O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 em diante Para os financiamentos do BAML (com exceção de duas captações com vencimento em 02/2023), EDC, Citibank e Scotiabank com vencimento até 02/2024, com o	
	Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento	
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Para os financiamentos com Scotiabank, Citi e BAML com vencimentos a partir de 03/2024 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3x, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato: Para os financiamentos com o BNDES.	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 37 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (2) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 36- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo de 31 de dezembro de 2021. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota explicativa nº 36 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco.

## Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$88.575 (R\$96.887 em 2020), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante.

A Companhia e suas controladas possuem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2021	2020
US\$ x R\$	7,39%	28,93%
CDI	4,42%	2,77%
IPCA	10,06%	4,52%
LIBOR	0,16%	0,28%
TR	0,05%	0,00%
Euro	-0,89%	40,78%
INPC	10,16%	5,45%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2023	-	1.117.279
2024	-	873.615
2025	-	145.220
2026	-	145.220
Após 2026	192.798	1.731.779
<b>Total</b>	<b>192.798</b>	<b>4.013.113</b>



A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	2021	2020							
<b>REDE ENERGIA</b>									
4ª Emissão	74.158	67.314	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	nov-35	Final	1,00%	SG
<b>Total REDE ENERGIA</b>	<b>74.158</b>	<b>67.314</b>							
<b>ETO</b>									
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	51.774	46.739	15/06/17	39.771 / 39.771	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	15,66%	SG
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	46.483	41.963	15/06/17	35.696 / 35.696	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	15,72%	SG
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	12.050	10.879	15/10/17	9.526 / 9.526	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	14,55%	SG
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2.247	2.028	15/10/17	1.775 / 1.775	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	14,77%	SG
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	4.185	3.777	15/10/17	3.304 / 3.304	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	15,17%	SG
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	39.468	77.929	15/10/17	116.395 / 116.395	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	4,76%	SG
Debêntures 4ª Emissão	292.403	263.969	15/09/18	240.000 / 240.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	15,14%	A
Debêntures 5ª Emissão 1ª Série	238.972	237.970	10/06/19	237.596 / 237.596	CDI + 0,95% a.a	jun / 24	Final	5,37%	A
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	163.364	162.677	10/06/19	162.404 / 162.404	CDI + 1,15% a.a	jun / 26	Final	5,57%	A
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	7.840	7.056	11/10/20	6.880 / 6.880	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	14,29%	SG
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	60.565	54.499	11/10/20	53.120 / 53.120	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	14,53%	SG
Debêntures 7ª Emissão	84.555	-	15/10/21	82.000 / 82.000	IPCA+6,0872% a.a	out / 31	Anual após out/29	16,15%	SG
Custos de captação	(6.691)	(7.827)							
Marcação à Mercado de Dívida	395	46.204							
<b>Total ETO</b>	<b>997.610</b>	<b>947.863</b>							
<b>EMS</b>									
Debêntures 8ª Emissão	102.263	201.202	15/09/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Anual após set/20	4,75%	A
Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	13.614	12.290	15/10/17	10.762 / 10.762	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	14,55%	SG
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	2.538	2.292	15/10/17	2.006 / 2.006	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	14,77%	SG
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	4.728	4.268	15/10/17	3.733 / 3.733	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	15,17%	SG
Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	44.590	88.041	15/10/17	131.499 / 131.499	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	4,76%	SG
Debêntures 10ª Emissão	-	11.066	15/02/18	15.000 / 1.095	CDI + 0,95%	fev / 21	Final	5,37%	SG
Debêntures 11ª Emissão	188.843	170.480	15/09/18	155.000 / 155.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	15,14%	A
Debêntures 12ª Emissão	110.623	110.160	10/06/19	110.000 / 110.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	5,15%	A
Debêntures 13ª Emissão	19.339	56.905	22/01/20	7.500 / 7.500	CDI + 0,70% a.a	jan / 22	Semestral	5,15%	A
Debêntures 14ª Emissão	143.914	141.021	25/08/20	139.471 / 139.471	CDI + 2,30% a.a	ago / 25	Anual após ago/23	6,72%	A
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	9.789	8.809	11/10/20	8.590 / 8.590	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	14,29%	SG
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	75.719	68.134	11/10/20	66.410 / 66.410	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	14,53%	SG
Debêntures 16ª Emissão	329.970	-	15/10/21	320.000 / 320.000	IPCA+6,0872% a.a	out / 31	Anual após out/29	16,15%	A
Custos de captação	(14.424)	(5.190)							
Marcação à Mercado de Dívida	9.148	23.986							
<b>Total EMS</b>	<b>1.040.654</b>	<b>893.464</b>							
<b>EMT</b>									
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	106.598	96.232	15/06/17	81.885 / 81.885	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	15,66%	SG
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	95.704	86.398	15/06/17	73.494 / 73.494	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	15,72%	SG
Debêntures 7ª Emissão 1ª Série	13.338	12.041	15/10/17	10.544 / 10.544	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	14,55%	SG
Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	2.487	2.245	15/10/17	1.965 / 1.965	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	14,77%	SG
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	4.632	4.182	15/10/17	3.657 / 3.657	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	15,17%	SG

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	2021	2020							
Debêntures 7ª Emissão 4ª Série	43.685	86.257	15/10/17	128.834 / 128.834	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	4,76%	SG
Debêntures 8ª Emissão	-	87.547	15/02/18	47.000 / 8.658	CDI+1,10% a.a	fev / 21	Final	5,52%	SG
Debêntures 9ª Emissão	469.059	423.451	15/09/18	385.000 / 385.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	15,14%	A
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	118.164	117.668	10/06/19	117.500 / 117.500	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	5,15%	A
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.689	32.553	10/06/19	32.500 / 32.500	CDI + 1,05% a.a	jun / 29	Anual após jun/27	5,47%	A
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	133.742	131.378	15/02/20	130.000 / 130.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	5,37%	A
Debêntures 12ª Emissão	393.503	385.591	25/08/20	381.354 / 381.354	CDI + 2,30% a.a	ago / 25	Anual após ago/23	6,72%	A
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	68.431	61.696	15/10/20	60.100 / 60.100	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	14,29%	A
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	79.628	71.786	15/10/20	69.900 / 69.900	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	14,53%	A
Debêntures 14ª Emissão	360.906	-	15/10/21	350.000 / 350.000	IPCA+6,0872% a.a	out / 31	Anual após out/29	16,15%	A
Custos de captação	(22.281)	(14.835)							
Marcação à Mercado de Dívida	9.614	77.956							
<b>Total EMT</b>	<b>1.909.899</b>	<b>1.662.146</b>							
<b>ESS</b>									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	56.034	50.586	15/06/17	43.044 / 43.044	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	15,66%	SG
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	50.307	45.414	15/06/17	38.632 / 38.632	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	15,72%	SG
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	10.854	9.798	15/10/17	8.580 / 8.580	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	14,55%	SG
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2.023	1.827	15/10/17	1.599 / 1.599	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	14,77%	SG
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	3.770	3.403	15/10/17	2.977 / 2.977	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	15,17%	SG
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	35.551	70.195	15/10/17	104.844 / 104.844	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	4,76%	SG
Debêntures 4ª Emissão	85.285	76.992	15/09/18	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	15,14%	A
Debêntures 5ª Emissão	61.773	60.681	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI+1,15% a.a	fev / 25	Final	5,57%	A
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	7.840	7.056	11/10/20	6.880 / 6.880	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	14,29%	SG
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	60.565	54.499	11/10/20	53.120 / 53.120	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	14,53%	SG
Custos de captação	(3.420)	(4.665)							
Marcação à Mercado de Dívida	187	22.823							
<b>Total ESS</b>	<b>370.769</b>	<b>398.609</b>							
<b>TOTAL</b>	<b>4.420.562</b>	<b>3.830.944</b>							
Custos de captação	(46.816)	(32.517)							
Marcação à Mercado de Dívida	19.344	170.969							
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>4.393.090</b>	<b>3.969.396</b>							
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>4.393.090</b>	<b>3.969.396</b>							

(\*) A = Aval Energisa S/A e SG = Sem Garantia

As debêntures de 4ª emissão da Controladora com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$268.871 (R\$274.734 em 2020) de ajuste a valor presente.

## Condições de covenants:

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 em diante Para a 9ª, 10ª e 11ª emissões da EMT, 11ª, 12ª e 13ª emissões da EMS, 4ª e 5ª emissões da ETO, 4ª e 5ª emissões da ESS, Menor ou igual a: 4,0x até a data de vencimento (não considera CVA no cálculo) Para 8ª emissão da EMS, Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento Para 14ª, 15ª e 16ª emissões da EMS e 12ª, 13ª e 14ª emissões da EMT	Trimestral e Anual

(\*) Para 12ª e 13ª emissão de Debêntures da Energisa Mato Grosso, 14ª emissão da Energisa Mato Grosso do Sul possui limite de 4,25x até o vencimento.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas.

## Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2021, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2023	-	633.803
2024	-	1.166.858
2025	-	565.710
2026	-	158.937
Após 2026	72.749	1.266.871
<b>Total</b>	<b>72.749</b>	<b>3.792.179</b>

## 24. Arrendamentos operacionais - consolidado

As controladas atuam como arrendatárias em contratos referentes imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seus contratos de arrendamento, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma. Devido ao ambiente econômico brasileiro na realidade atual das taxas de juros a longo prazo, essa vedação pode ocasionar distorções relevantes nas informações de saldos a serem prestadas. A Companhia e suas controladas avaliaram estes efeitos e concluíram quanto sua imaterialidade para as demonstrações financeiras do exercício. As obrigações de arrendamentos não estão sendo demonstradas líquidas de PIS e COFINS, pois, os créditos de PIS e COFINS, oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

As movimentações do período são como segue:

Arrendamentos operacionais	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2020	Adição	Amortização	Juros	Baixas	Saldos em 2021
Arrendamentos operacionais - imóveis	4	8,89%	27.073	8.237	(11.245)	2.169	(13.259)	12.975
Circulante			9.511					5.695
Não circulante			17.562					7.280

Arrendamentos operacionais	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2019	Adição	Amortização	Juros	Baixa	Saldos em 2020
Arrendamentos operacionais - imóveis	4	8,89%	25.335	11.597	(7.859)	(913)	(1.087)	27.073
Circulante			10.779					9.511
Não circulante			14.556					17.562

Em 31 de dezembro de 2021, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2021
2022	2.632
2023	1.473
Após 2024	3.175
<b>Total</b>	<b>7.280</b>

## 25. Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS <sup>(1)</sup>	-	-	886.393	736.352
Impostos S/Serviços - ISS	-	-	12.424	10.556
Encargos Sociais	1	1	35.782	30.178
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ <sup>(2)</sup>	-	-	36.178	22.666
Contribuição Social s/ o Lucro - CSLL <sup>(2)</sup>	-	-	14.214	16.606
Contribuições ao PIS e COFINS	93	100	104.109	99.933
PIS e COFINS - sobre atualização efeitos da redução do ICMS na base de cálculo	-	-	-	2.831
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	510	221	6.870	4.676
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta	-	-	334	143
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	1	417	5	421
Outros	18	17	14.664	11.877
<b>Total</b>	<b>623</b>	<b>756</b>	<b>1.110.973</b>	<b>936.239</b>
Circulante	623	756	491.013	441.996
Não Circulante	-	-	619.960	494.243

<sup>(1)</sup> ICMS - a controlada Energisa Sul Sudeste, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda" no montante de R\$41.691 (R\$37.043 em 2020) com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, EMS, ESS e ETO possuem R\$555.217 (R\$435.211 em 2020) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 7 - Clientes, consumidores e concessionárias - consolidado). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante.

<sup>(2)</sup> Inclui IRPJ e CSLL incidente sobre juros e acréscimos moratórios cobrados nas notas fiscais/contas de energia elétrica. A controlada EMS possui liminar de suspensão de cobrança com depósito judicial.

- Programa de Recuperação de Créditos do Estado de Mato Grosso - Programa REFIS- MT - ICMS vencidos até 30 de novembro de 2020**

Em 30 de setembro de 2021, a Controlada EMT aderiu ao PROGRAMA REFIS-MT, previsto no art. 10 da Lei Estadual nº 10.433/16, regulamentada pelo Decreto nº 704/16, com suas alterações posteriores, com o objetivo de sanar as discussões tributárias relacionadas ao recolhimento a menor do ICMS demanda, ICMS incidente sobre a Tarifa de Uso de Geração Distribuída e de parcela de ICMS de diferencial de alíquota, vencidos até 30 de novembro de 2020, tendo optado pelo pagamento em parcela única dos débitos fiscais, ocorrido em 30 de setembro de 2021, nos montantes de R\$223.838 e R\$77.178 e R\$1.477, respectivamente, conforme segue:

Origem	ICMS Demanda <sup>(1)</sup>	ICMS Geração Distribuída <sup>(2)</sup>	ICMS Diferencial de alíquota <sup>(3)</sup>	Total
ICMS - Valor principal	89.350	58.381	1.000	148.731
Atualização monetária	134.488	17.395	440	152.323
Juros	-	644	22	666
Multas	-	758	15	773
<b>Pagamento a vista de créditos fiscais</b>	<b>223.838</b>	<b>77.178</b>	<b>1.477</b>	<b>302.493</b>

- ICMS recolhido por espontaneidade vencidos a partir de 01 de dezembro de 2020 a 31 de março de 2021.**

A controlada EMT, após análise efetuada pelos seus consultores jurídicos e tributários tomou decisão de efetuar recolhimento de forma espontânea relacionado ao ICMS da Geração distribuída correspondente ao período de dezembro/2020 a março/2021, pagos em 30 de setembro de 2021, conforme segue:

Origem	ICMS Demanda	ICMS Geração Distribuída	ICMS Diferencial de alíquota	Total
ICMS - Valor principal	-	22.213	-	22.213
Atualização monetária	-	1.628	-	1.628
Juros	-	1.548	-	1.548
Multas	-	4.768	-	4.768
<b>Pagamento a vista de créditos fiscais - ICMS</b>	<b>-</b>	<b>30.157</b>	<b>-</b>	<b>30.157</b>
<b>Total dos recolhimentos de ICMS</b>	<b>223.838</b>	<b>107.335</b>	<b>1.477</b>	<b>332.650</b>

(1) **ICMS Demanda:** processos decorrentes de autuações do Estado de Mato Grosso sob o argumento de que a controlada EMT cumpriu de forma equivocada as decisões que eximiu alguns clientes de recolher o ICMS sobre a demanda. A Companhia não havia constituído provisão com base nas avaliações de riscos atribuídas pelos seus consultores jurídicos. O valor do principal de R\$89.350 foi reconhecido em contrapartida a rubrica Clientes, consumidores e concessionárias, no consolidado e, constituiu-se uma provisão no valor de R\$81.191 e a diferença de R\$8.159 foi reconhecida com perda efetiva, contabilizados em outras despesas operacionais consolidadas, enquanto a parcela correspondente a atualização monetária no montante de R\$134.488 foi contabilizada em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício consolidada.

(2) **ICMS de geração distribuída:** trata de ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição, utilizados pelos consumidores de geração distribuída (GD). Os valores foram registrados na rubrica Clientes, consumidores e concessionárias no consolidado o montante de R\$101.809, no ativo não circulante e uma provisão de perda estimada no valor de R\$2.192 em contrapartida de outras despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício consolidado em face de tratar-se de parcela em controversa. Os valores apurados de R\$107.335 correspondem a parcela de R\$77.178 com vencimento até 30 de novembro de 2020 o que possibilitou o ingresso no REFIS Estadual e o montante de R\$30.157, pago por espontaneidade, corresponde ao período de dezembro/2020 a março/2021. Do total pago por espontaneidade, R\$4.768 foram reconhecidos como provisão de provável perda em outras despesas financeiras no consolidado.

(3) **ICMS diferencial de alíquota:** corresponde a parcela de diferencial de alíquota incidentes sobre operações de materiais e equipamentos adquiridos de outros estados, tendo sido contabilizados o montante de R\$1.000 em outros créditos no ativo circulante e os juros, as multas e a correção monetária de R\$477 em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício consolidado.

As multas, juros e atualização monetária, foram contabilizadas em outras despesas financeiras no resultado do exercício, deduzidas das reduções do Programa Refis de R\$461.567.

## 26. Parcelamento de impostos - consolidado

A controlada ESS possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo de ICMS, conforme demonstrado abaixo

Descrição	ICMS
Principal	91.786
Multa	4.589
Juros	6.869
<b>Total parcelado</b>	<b>103.244</b>
Forma de adesão	Ordinário
Índice de atualização	SELIC
Vigência do parcelamento	04/2013 a 05/2023

A movimentação do exercício está demonstrada abaixo:

Descrição	2021	2020
Saldo iniciais I em 2020 e 2019	37.278	50.517
Atualização	3.542	5.216
Baixas	(18.455)	(18.455)
<b>Saldos finais em 2021 e 2020</b>	<b>22.365</b>	<b>37.278</b>
Circulante	17.314	17.313
Não Circulante	5.051	19.965
Número de parcelas a vencer	17	29

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	2021
2022	17.314
2023	5.051
<b>Total</b>	<b>22.365</b>
Circulante	17.314
Não circulante	5.051

## 27. Encargos setoriais - consolidado

	2021	2020
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	26.719	-
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	4.766	4.091
Ministério de Minas e Energia - MME	2.386	2.026
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	19.304	5.667
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	100.237	109.173
Programa de Eficiência Energética - PEE	117.554	141.683
<b>Total</b>	<b>270.966</b>	<b>262.640</b>
Circulante	200.529	129.853
Não circulante	70.437	132.787

Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 0673 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa SELIC.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de Ordens de serviços em curso no ativo circulante, até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

## 28. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias - consolidado

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, tributária e regulatória.

### Perdas prováveis:

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórios	2021	2020
Saldos iniciais - não circulante 2020 e 2019	100.857	181.896	3.207	21.700	307.660	292.551
Constituições de provisões	17.326	42.727	1	608	60.662	180.000
Reversões de provisões	(17.652)	(22.582)	(837)	(547)	(41.618)	(95.144)
Pagamentos realizados	(42.902)	(68.027)	-	-	(110.929)	(84.470)
Atualização monetária	3.926	10.109	1.354	2.328	17.717	14.723
<b>Saldos finais - não circulante 2021 e 2020</b>	<b>61.555</b>	<b>144.123</b>	<b>3.725</b>	<b>24.089</b>	<b>233.492</b>	<b>307.660</b>
Cauções e depósitos vinculados (*)					(34.437)	(38.947)

(\*) A controladora possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$30.941 (R\$28.533 em 2020) que não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto. As controladas diretas e indiretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$251.835 (R\$237.823 em 2020). Deste total, R\$51.384 (R\$43.845 em 2020) correspondem aos depósitos correspondentes ao ICMS incidente sobre a subvenção econômica de baixa renda que se encontram em discussões judiciais, com contrapartida reconhecida na rubrica de impostos e contribuições sociais e R\$166.014 (R\$155.031 em 2020), não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

### Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) horas extras e reflexos; (ii) verbas rescisórias e contratuais; (iii) adicional periculosidade e (iv) vínculo empregatício. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda, conforme avaliação dos assessores jurídicos. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia e controladas serem vencidas nas ações.

## Cíveis

Os processos cíveis discutem principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento/revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento/revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) programa luz no campo/programa luz para todos; (viii) incorporação/indenização por construção de rede particular de energia elétrica; e (ix) acidentes com terceiros.

## Fiscais

Referem-se a discussões relacionadas a PIS, COFINS, INSS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

## Regulatórias

As controladas EMT, EMS, ETO e ESS possuem processos de contingências regulatórias junta à ANEEL, referente a descumprimento de preceito regulatório.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

## Perdas possíveis:

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Controladora	Cíveis	Fiscais	2021	2020
Saldos iniciais em 2020 e 2019	47.068	13.808	60.876	52.123
Mudança de prognósticos e valor pedido	7.356	(170)	7.186	9.311
Encerramento	-	(1.599)	(1.599)	(2.409)
Atualização monetária	4.782	397	5.179	1.851
Saldos finais em 2021 e 2020	59.206	12.436	71.642	60.876

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	2021	2020
Saldos iniciais em 2020 e 2019	105.800	1.313.059	1.499.447	24.515	2.942.821	2.830.075
Novos processos	15.896	131.597	16.851	58.338	222.682	363.849
Mudança de prognósticos e valor pedido	(13.344)	(26.683)	(133.288)	(42.738)	(216.053)	(160.554)
Encerramento	(16.775)	(103.213)	(665.691)	(2.394)	(788.073)	(190.455)
Atualização monetária	10.960	142.079	32.820	1.356	187.215	99.906
Saldos finais em 2021 e 2020	102.537	1.456.839	750.139	39.077	2.348.592	2.942.821

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

## Trabalhistas

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

## Cíveis

As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais

decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia.

### Principais processos:

#### Rede Energia - Controladora

. Ação de execução por quantia certa, 01415375820128260100, com montante envolvido de R\$56.381 (R\$46.920 em 2020), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial.

#### EMT

. Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 no montante de R\$362.619 (R\$326.806 em 2020) onde autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO para a implantação de redes de distribuição de energia elétrica, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041, no montante de R\$83.926 (R\$75.637 em 2020), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041, no montante de R\$47.560 (R\$42.863 em 2020), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$41.078 (R\$37.021 em 2020), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

. Ação de indenização 1005691-76.2017.8.11.0041, no montante de R\$34.146 (R\$30.774 em 2020), onde se discute matéria relacionada a cláusulas contratuais.

#### EMS

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$202.610 (R\$182.600 em 2020), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$75.225 (R\$67.795 em 2020), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário da controlada EMS, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

#### ETO

Processo 0007336-94.2008.4.01.3400 com valor envolvido de R\$40.006 (R\$36.055 em 2020) onde se discute questões contratuais envolvendo reintegração/desapropriação de área para construção de linhas de distribuição de alta tensão e subestações.

#### CTCE

Processo de arbitragem 07/2021 recebido em novembro/21 com valor envolvido de R\$42.990, movido pela Tocantins Energética para o pagamento de multa pela suposta rescisão injustificada de contrato mantido entre as partes. Ainda que venha a ser condenada no valor pleiteado, a Companhia entende que o pagamento se submete aos termos do Plano de Recuperação Judicial da CTCE.

## Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (iv) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (v) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo permanente da empresa; (vi) escrituração de documento fiscal; (vii) multa não escrituração CIAP; (viii) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda; e (ix) os reflexos das perdas não técnicas na base de cálculo do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

## Principais processos:

### EMT

. Em 30 setembro de 2021 foram quitados no Programa de Recuperação de Créditos do Estado de Mato Grosso - Programa REFIS-MT, os processos que envolviam a exigência ICMS incidentes sobre demanda de energia que totalizavam R\$663.912 (R\$652.495 em 2020). Esses processos eram decorrentes de autuações por suposta falta de recolhimento do imposto no cumprimento de decisões judiciais. Diante da oportunidade apresentada no REFIS, custos envolvidos com a gestão deste contencioso e a possibilidade de recuperação dos valores liquidados em ação de regresso, foi realizada a adesão ao Programa.

. Processo nº 14094.720008/2018-36, no montante de R\$87.017 (R\$84.306 em 2020) relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do de 2014 a 2016.

. Processo 0010774-95.2017.4.01.3600, no montante de R\$120.997 (R\$118.952 em 2020), envolvendo discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da empresa no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, ocorrido em 2011, com a respectiva perda dos benefícios concedidos.

. Ação Administrativa 59994/2012, no montante de R\$87.841 (R\$65.369 em 2020), relacionado à concessão de benefício fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS Estado do Mato Grosso.

. A totalidade dos processos referentes à tomada de crédito do diferencial de alíquota de ICMS, decorrentes de operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente, R\$131.910 em 2020, tiveram o prognóstico alterado para remoto em razão da decisão do STF na ADI nº 4.623/MT, que reconheceu a inconstitucionalidade do art. 25 da Lei nº 7.098/1998 do Mato Grosso, que vedava a apropriação do crédito do diferencial de alíquota de ICMS.

### EMS

. Ação Ordinária 5009015-61.2019.4.03.6000, com montante envolvido de R\$74.361 (R\$72.751 em 2020), na qual se discute a cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que foram restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

### ETO

. Processo 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa no montante envolvido de R\$206.707 (R\$159.717 em 2020). Questões relacionadas ao mérito estão sendo discutidas na ação anulatória nº 0013057-97.2015.8.27.2729, proposta pela Companhia previamente à cobrança do Estado.

## Regulatórias

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente a suposto descumprimento de preceito regulatório.

## 29. Incorporação de redes - consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO e ESS até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

	2021	2020
<b>Saldos iniciais em 2020 e 2019</b>	<b>115.459</b>	<b>93.743</b>
Adição no exercício	51.975	24.210
Atualização monetária e juros	34.495	41.281
Baixas/pagamentos	(94.692)	(43.775)
<b>Saldos finais em 2021 e 2020</b>	<b>107.237</b>	<b>115.459</b>
Circulante	107.237	69.955
Não circulante		45.504

## 30. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Participações Empregados	-	-	51.968	61.242
Outros Benefícios a empregados	-	-	8.160	5.503
Entidade Seguradora	-	-	5.326	4.189
Retenção de caução contratual empreiteiras	-	-	27.408	25.564
Adiantamentos de clientes	152	152	46.873	35.658
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	-	-	12.201	12.201
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	16.822	16.822
Encargos Tarifários	-	-	2.726	444
Bônus de redução voluntária de consumo <sup>(1)</sup>	-	-	158.239	-
Transferência de Ativos Global Energia Elétrica	-	-	10.468	10.468
Ressarcimento EBP - Salto Paraíso <sup>(2)</sup>	-	-	44.759	43.340
Efeitos da Redução do ICMS na base de PIS/COFINS <sup>(3)</sup>	-	-	2.416.299	277.677
Credores Recuperação Judicial	-	-	71.041	75.545
Outras contas a pagar <sup>(4)</sup>	280	293	66.063	96.157
<b>Total</b>	<b>432</b>	<b>445</b>	<b>2.938.353</b>	<b>664.810</b>
Circulante	279	292	359.023	204.225
Não Circulante	153	153	2.579.330	460.585

<sup>(1)</sup> Vide nota explicativa nº 11.4 Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica.

<sup>(2)</sup> Refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela companhia a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD").

<sup>(3)</sup> Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - Consolidado

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF, decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

Transitaram em julgado em seus respectivos Tribunais Regionais Federais decisões favoráveis nos processos das subsidiárias, tendo ocorrido em julho de 2019 referente a ETO, em maio de 2020, referente a ESS, especificamente relacionado a Cia Força e Luz do Oeste, incorporada em julho/2017 e em setembro de 2021, remente a EMT. Os demais processos nos quais discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, as controladas diretas ETO, ESS, EMT e EMS constituíram ativo de PIS e de COFINS a recuperar de R\$2.397.077 (R\$280.655 em 2020) e passivo de R\$2.416.299 (R\$277.645 em 2020) no consolidado, líquido de honorários devidos aos advogados e de tributos incidentes. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pelas controladas e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O resumo dos impactos são como segue:

Consolidado	2021		2020	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
<b>Tributos a recuperar</b>				
Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS <sup>(i)</sup>	2.483.693	-	280.655	-
Créditos Habilitados - Valores compensados de PIS COFINS	(86.616)	-	-	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins <sup>(ii)</sup>	-	(2.458.460)	-	(277.645)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos consumidores <sup>(iii)</sup>	-	42.161	-	-
<b>Total do ativo e passivo não circulante</b>	<b>2.397.077</b>	<b>(2.416.299)</b>	<b>280.655</b>	<b>(277.645)</b>

(i) As controladas que já tiveram suas ações transitadas em julgado iniciaram a compensação dos créditos em maio de 2021 no total de R\$86.616.

(ii) Deduzidos de R\$26.804 (R\$3.010 em 2020) referente aos custos incorridos com advogados, consultores e tributos.

(iii) A ANEEL, através das Notas Técnicas nº 143/2021-SGT/ANEEL de 28 de junho de 2021 e nº 150/2021-SGT/ANEEL de 05 de julho de 2021, que homologaram a revisão tarifária e reajustes tarifários das controladas ETO e ESS, respectivamente, incorporou em suas tarifas de energia elétrica os montantes de créditos da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS em suas tarifas de energia, tendo em vista o trânsito em julgado de suas ações judiciais, nos montantes de R\$12.981 e de R\$29.180, respectivamente resultando nas reduções de (ETO - 0,95%) e (ESS -1,56%) a serem repassados aos consumidores. Em 30 de setembro de 2021 os valores foram reclassificados para a rubrica de passivo financeiro setorial - repasse aos consumidores em consonância ao OCPC08.

Demonstração do resultado do exercício	Consolidado	
	2021	2020
<b>Receita operacional bruta</b>		
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - outros passivos	(1.716.654)	(53.189)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo Pis e Cofins - tributos a recuperar	1.716.654	53.189
<b>Resultado financeiro</b>		
<b>Outras Receitas financeiras</b>		
Atualização dos Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	486.383	14.762
<b>Outras Despesas financeiras</b>		
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	(487.955)	(14.762)
<b>Resultado apurado no exercício</b>	<b>(1.572)</b>	<b>-</b>

(4) **Outras contas a pagar:** inclui, o montante de R\$11.000, referente acordo judicial firmado entre a Prefeitura Municipal de Palmas e terceiros, pelo qual a controlada ETO ficou responsável pelo repasse em parcela única, sub-rogando-se dos direitos de receber o referido montante junto a Prefeitura Municipal de Palmas. O direito a receber foi registrado em contrapartida da rubrica de Outros créditos e a Administração reconheceu perdas esperadas de mesmo montante, contabilizada em Outros resultados, demonstração de resultado do exercício, vide nota explicativa nº 34.

## 31. Patrimônio líquido

### 31.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$3.223.218 (R\$3.223.218 em 2020), representando por 2.110.323 ações ordinárias (2.110.323 ações ordinárias em 2020), sem valor nominal.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de abril de 2020, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$445.814 com emissão de 52.448.744 novas ações ordinárias, em face do encerramento em 17 de abril de 2020 do prazo para exercício do direito de preferência com a subscrição e integralização de valor superior ao montante mínimo, com utilização do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$445.310 e de R\$504 em moeda corrente do país, passando o capital social da Companhia a ser de R\$3.223.218, representado por 2.110.323.374 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

### 31.2. Reserva de Capital

	2021	2020
Transação entre sócios <sup>(1)</sup>	(14.590)	4.595
Incentivos fiscais de Reinvestimentos <sup>(2)</sup>	2.939	2.939
Programa de remuneração variável (ILP) <sup>(3)</sup>	6.395	4.394
<b>Total</b>	<b>(5.256)</b>	<b>11.928</b>

<sup>(1)</sup> Inclui ganhos e perdas apurados pelo aumento de percentual de participação no capital social de controladas e de distribuição de dividendos diferenciados atribuídos as ações ordinárias e preferencias de controladas.

Transações entre sócios	2021	2020
Saldo inicial - 2020 e 2019	4.595	11.634
Transações entre sócios - reflexo (*)	(19.185)	(7.039)
<b>Saldo final - 2021 e 2020</b>	<b>(14.590)</b>	<b>4.595</b>

(\*) inclui parcela reflexa do percentual de participação nas controladas ESS, EMS, Rede Power, EMT, ETO, Multi Energisa, QMRA e CTCE, referente a transações contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

<sup>(2)</sup> Incentivos fiscais de reinvestimentos - instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997 e Medida Provisória nº 2.199/2014 que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo o reinvestimento correspondente a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os incentivos fiscais de Reinvestimento de 30% do IRPJ concedidos pela SUDAM à Companhia submetem-se às normas estabelecidas no Manual de Incentivos Fiscais da SUDAM, segundo o qual a incorporação dos recursos ao capital social da empresa deve ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela SUDAM, de forma que a Companhia deverá proceder, quando for o caso, a distribuição de ações ou quotas aos acionistas ou sócios, na forma estabelecida na legislação.

<sup>(3)</sup> Programa de remuneração variável (ILP) - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 14 - Transações com partes relacionadas).

### 31.3. Reservas de lucros - redução de incentivo fiscal (imposto de renda) - controladas

As controladas EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE;

e

(iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Seguem as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			2021 <sup>(*)</sup>	2020
EMT	SUDAM	114/2014	215.844	128.587
ETO	SUDAM	113/2014	57.493	31.369
<b>Total</b>			<b>273.337</b>	<b>159.956</b>

(\*) Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados a reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

### 31.4. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.518.709	909.867
Reserva legal (5%)	(75.936)	(45.493)
Dividendos prescritos	-	632
Reversão s/ORÁ - Plano de saúde, líquido de tributos	-	550
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>1.442.773</b>	<b>865.556</b>
Dividendos obrigatórios 25%	360.693	216.389
. Valores pagos em 12 de julho de 2021- correspondem a R\$0,1618105539 (25 de agosto de 2020 - correspondem a R\$0,093000) por ação ordinária <sup>(1)</sup>	341.473	196.260
. Valores pagos em 27 de agosto de 2021, correspondem a R\$0,0,1775327645 por ação ordinária <sup>(1)</sup>	374.651	-
. Valores pagos em 10 de dezembro de 2021, correspondem a R\$0,1827804013 por ação ordinária <sup>(1)</sup>	385.726	-
. Dividendos a pagar - correspondem a R\$0,009538280 por ação ordinária	-	20.129
. Dividendos adicionais propostos - correspondem a R\$0,161550313355 (R\$ R\$0,307614842 em 2020) por ação ordinária <sup>(2)</sup>	340.923	649.167
<b>Total dos dividendos</b>	<b>1.442.773</b>	<b>865.556</b>
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

<sup>(1)</sup> Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 24 de junho, 12 de agosto e 11 de novembro de 2021, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021, respectivamente.

<sup>(2)</sup> Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

### 31.5. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização - do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação nos exercícios de 2021 e 2020:

	2021	2020
Saldo em - 2020 e 2019	(108.142)	(120.208)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	92.826	18.281
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(31.561)	(6.215)
<b>Saldo em - 2021 e 2020</b>	<b>(46.877)</b>	<b>(108.142)</b>

### 31.6. Participação de acionistas não controladores

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2020	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Saldo em 2021
. Energisa Mato Grosso	42,32%	1.309.653	461.884	(452.417)	13.184	528	1.332.832
. Energisa Tocantins	23,33%	219.601	57.497	(37.705)	2.707	(7.660)	234.440
. Energisa Mato Grosso do Sul	0,07%	890	361	(441)	6	-	816
. Rede Power do Brasil	0,01%	48	20	(21)	-	-	47
. Energisa Sul Sudeste	0,75%	4.669	1.242	(1.486)	187	3	4.615
. Cia Técnica de Comercialização de Energia	0,02%	(44)	-	-	-	-	(44)
. Multi Energisa Serviços S/A	0,10%	11	9	(8)	-	-	12
		<b>1.534.828</b>	<b>521.013</b>	<b>(492.078)</b>	<b>16.084</b>	<b>(7.129)</b>	<b>1.572.718</b>

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2019	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Saldo em 2020
. Energisa Mato Grosso	42,32%	1.021.982	269.313	(55.807)	5.001	69.164	1.309.653
. Energisa Tocantins	23,33%	180.241	47.532	(9.717)	1.322	223	219.601
. Energisa Mato Grosso do Sul	0,07%	823	193	(126)	(1)	1	890
. Rede Power do Brasil	0,01%	43	11	(6)	-	-	48
. Energisa Sul Sudeste	0,75%	4.302	932	(577)	9	3	4.669
. Cia Técnica de Comercialização de Energia	0,02%	(168)	(4)	-	-	128	(44)
. Multi Energisa Serviços S/A	0,10%	14	7	(11)	1	-	11
		<b>1.207.237</b>	<b>317.984</b>	<b>(66.244)</b>	<b>6.332</b>	<b>69.519</b>	<b>1.534.828</b>

## 32. Receita operacional - consolidada

	2021			2020		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	3.362.585	8.028.834	7.316.593	3.266.534	8.135.953	6.381.711
Industrial	30.191	1.176.472	1.054.564	30.989	1.335.498	993.862
Comercial	277.233	3.296.718	3.122.199	271.493	3.466.114	2.800.847
Rural	395.600	2.547.922	1.932.471	393.687	2.627.135	1.611.004
Poder público	35.553	803.895	724.455	35.215	778.281	602.299
Iluminação pública	5.416	936.339	549.060	5.560	886.837	410.747
Serviço público	5.180	495.175	388.694	4.977	553.506	355.376
Consumo próprio	964	25.085	-	951	24.991	-
<b>Subtotal</b>	<b>4.112.722</b>	<b>17.310.440</b>	<b>15.088.036</b>	<b>4.009.406</b>	<b>17.808.315</b>	<b>13.155.846</b>
Suprimento de energia a concessionárias	-	2.616.913	716.854	-	1.518.750	299.362
Fornecimento não faturado líquido	-	(32.629)	485.954	-	28.925	184.729
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	1160	-	1.561.601	866	-	1.291.774
Bônus de redução voluntária de consumo	-	-	(158.239)	-	-	-
Bônus - Reembolso do Fundo CDE	-	-	158.239	-	-	-
Receita de construção da infraestrutura <sup>(1)</sup>	-	-	1.368.636	-	-	836.964
Serviços Especializados	-	-	15.943	-	-	15.081
Penalidades regulatórias	-	-	(55.890)	-	-	(44.009)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - outros passivos	-	-	(1.716.654)	-	-	(53.189)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - tributos a recuperar	-	-	1.716.654	-	-	53.189
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	509.614	-	-	165.871
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	(11.868)
(-) Excedente de Reativos	-	-	-	-	-	(12.082)
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	1.671.398	-	-	299.246
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	869.279	-	-	885.337
Outras receitas operacionais	-	-	177.076	-	-	96.253
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>4.113.882</b>	<b>19.894.724</b>	<b>22.408.501</b>	<b>4.010.272</b>	<b>19.355.990</b>	<b>17.162.504</b>
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	3.697.149	-	-	3.243.499
PIS	-	-	298.948	-	-	267.280
COFINS	-	-	1.376.974	-	-	1.231.110
CPRB	-	-	1.471	-	-	1.434
ISS	-	-	2.168	-	-	2.003
Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT <sup>(2)</sup>	-	-	(45.182)	-	-	(25.906)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	54.545	-	-	41.057
Encargos de consumidor - Procel	-	-	13.637	-	-	10.265
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.310.424	-	-	1.026.843
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	27.272	-	-	20.528
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	27.248	-	-	20.528

	2021			2020		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	13.644	-	-	10.265
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	19.517	-	-	15.673
<b>Total - deduções da receita operacional</b>	-	-	6.797.815	-	-	5.864.579
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>4.113.882</b>	<b>19.894.724</b>	<b>15.610.686</b>	<b>4.010.272</b>	<b>19.355.990</b>	<b>11.297.925</b>

(1) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Deduções bandeiras tarifárias - CCRTB - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

As receitas auferidas pelas controladas referentes as Bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram de R\$1.214.090 (R\$76.247 em 2020) tendo recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT o montante de R\$45.182 (R\$25.906 em 31 de dezembro de 2020). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$1.259.272 (R\$102.153 em 31 de dezembro de 2020).

### 33. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza do Gasto	Controladora		
	Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	Total	
		2021	2020
Pessoal e administradores	6	6	-
Serviços de terceiros	573	573	890
Provisões para contingências	-	-	(622)
Outras	1.653	1.653	248
	<b>2.232</b>	<b>2.232</b>	<b>516</b>

	Consolidado					
	Custo do Serviço			Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	Total	
	Com Energia Elétrica	Custo de Operação	Prestado a Terceiros		2021	2020
Energia elétrica comprada para revenda	7.508.994	-	-	-	7.508.994	5.368.378
Encargo de uso de sistema de transmissão e distribuição	1.146.029	-	-	-	1.146.029	958.735
Pessoal e administradores	-	524.573	54	131.196	655.823	615.738
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	3.855	3.855	3.833
Benefícios pós emprego	-	9.096	(76)	31.162	40.182	(8.975)
Material	-	91.813	559	30.947	123.319	102.495
Serviços de terceiros	-	257.740	-	350.602	608.342	570.199

Consolidado						
	Custo do Serviço			Despesas Operacionais	Total	
	Com Energia Elétrica	Custo de Operação	Prestado a Terceiros	Gerais e Administrativas	2021	2020
Depreciação e amortização	-	591.254	-	44.080	635.334	640.083
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	131.990	-	-	131.990	227.686
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-	(336)	-	(91.549)	(91.885)	386
Custo de construção da infraestrutura	-	-	1.368.636	-	1.368.636	836.964
Outras	-	16.877	109	117.372	134.358	101.223
	<b>8.655.023</b>	<b>1.623.007</b>	<b>1.369.282</b>	<b>617.665</b>	<b>12.264.977</b>	<b>9.416.745</b>

### Energia elétrica comprada para revenda - consolidado

Consolidado	MWh <sup>(1)</sup> 2021	2020	R\$ 2021	2020
Energia de Itaipú - Binacional	3.165.061	3.109.917	1.391.831	1.157.543
Energia de leilão	9.582.213	9.105.441	2.507.477	2.016.462
Energia bilateral e outros suprimentos	4.312.833	4.567.636	1.312.166	1.166.806
Reembolso CCC	-	-	(30.501)	(1.941)
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12	682.621	657.134	167.886	185.404
Energia de curto prazo - CCEE	66.536	351.099	1.662.022	507.570
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória nº 1.410	5.008.456	4.669.222	981.071	638.218
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	429.017	417.324	194.155	151.921
Energia de Reserva - ERR	-	-	72.170	93.491
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(749.283)	(547.096)
<b>Total</b>	<b>23.246.737</b>	<b>22.877.773</b>	<b>7.508.994</b>	<b>5.368.378</b>

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

### 34. Outros resultados - consolidado

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Outras Receitas:</b>				
Ganhos na alienação/desativação	-	-	27.352	19.151
Receita com cessão de créditos ao FIDC <sup>(a)</sup>	-	-	57.181	-
Outras	-	-	6.398	34.281
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>90.931</b>	<b>53.432</b>
<b>Outras Despesas:</b>				
Perdas na alienação/desativação	-	-	(133.357)	(95.906)
Impostos sobre ganhos (PIS/COFINS/ICMS)	-	-	(18.174)	(8.205)
Efeitos oriundos a adesão ao REFIS ICMS Demanda <sup>(b)</sup>	-	-	(89.350)	-
Outras <sup>(c)</sup>	-	(230)	(12.157)	(230)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(230)</b>	<b>(253.038)</b>	<b>(104.341)</b>

<sup>(a)</sup> Cessão de créditos inadimplidos para Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento: Em janeiro de 2021, as controladas da Companhia realizaram cessão de créditos inadimplidos para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) Nevasca, Planície e Névoa, os quais tem como cotista o Fundo de Investimento em Cotas (FIC - FIDC) com participação do Banco BTG Pactual e da controladora Energisa S.A. A valoração dos créditos para a cessão a valor justo para os FIDC-NPs foi realizada conforme Laudo de Avaliação elaborado por consultores independentes. A metodologia adotada para a precificação dos créditos inadimplidos foi a do fluxo de caixa descontado, sendo que os valores nominais dos créditos foram ajustados conforme a recuperação estimada para cada um dos FIDC-NPs. Os valores no montante de R\$148.859 foram totalmente recebidos em 12 de janeiro de 2021.

Os títulos estavam em sua maioria totalmente provisionados trazendo efeitos positivos na demonstração de resultado do exercício conforme segue:

Descrição das operações	2021
Valor justo dos títulos cedidos	142.462
Reversão da perda esperada com a provisão de devedores duvidosos	176.789
Custo dos títulos cedidos (*)	(262.072)
<b>Efeitos - outros resultados</b>	<b>57.181</b>
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos - Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	76.872
Despesas Financeiras - Ajuste a valor presente	7
<b>Efeitos apurados</b>	<b>134.060</b>

(\*) Segue a composição dos títulos cedidos: (i) títulos e créditos a receber - R\$70.608: na controlada EMT, cessão dos títulos precatórios da Prefeitura Municipal de Cáceres e do Departamento de água e Esgoto de Várzea Grande - DAE VG; na controlada ESS, Multicabo, cessão dos títulos precatórios da Prefeitura Municipal de Regente Feijó e Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau; na controlada ETO; cessão dos títulos precatórios da Prefeitura Municipal de Divinópolis, Prefeitura Municipal de Porto Nacional, Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Bom Jesus, Prefeitura Municipal de Colmeia, Prefeitura Municipal de Santa Fé do Araguaia, Prefeitura Municipal de Miranorte, Prefeitura Municipal de Cachoeirinha e Prefeitura Municipal de Taguatinga; (ii) outros créditos (nota explicativa nº 8 - Títulos de créditos a receber e nº 13 - Outros créditos) - R\$176.791 nas controladas EMT, EMS e ESS: cessão do recebível da ação judicial contra o Banco Daycoval (processo referente a valor transferido indevidamente pelo Banco para a conta corrente da acionista Rede Energia Participações S/A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas, conforme justificativa da Instituição Financeira), R\$7.240 Multicabo (credito com terceiros oriundos de uso mútuo de poste); e (iii) nas controladas EMT, ETO, ESS e EMS contas de energia elétrica no valor de R\$7.368.

(b) **Efeitos oriundos a adesão ao REFIS ICMS Demanda:** refere-se a provisão para perda no valor de R\$81.191 e perda efetiva no montante de R\$8.159, conforme nota explicativa nº 7 - Clientes, consumidores e concessionárias.

(c) **Outras:** inclui, o montante de R\$11.000, referente acordo judicial firmado entre a Prefeitura Municipal de Palmas e terceiros, pelo qual a controlada ETO ficou responsável pelo repasse em parcela única, sub-rogando-se dos direitos de receber o referido montante junto a Prefeitura Municipal de Palmas. O direito a receber foi registrado em contrapartida da rubrica de Outros créditos e a Administração reconheceu perdas esperadas de mesmo montante, contabilizada em Outros resultados, demonstração de resultado do exercício, vide nota explicativa nº 30.

## 35. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receita de aplicações financeiras	17.546	7.222	74.659	53.739
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	272.196	229.003
Atualização dos contratos de mútuo	26	41.674	-	41.629
Atualização depósito judicial	1.825	1.624	8.653	7.652
Recuperação de crédito CDE/CCEE	-	-	6.915	-
Juros Selic s/ impostos a recuperar	1.195	588	10.203	15.527
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	-	-	41.483	(1.927)
Tributos sobre receita financeira - Pis e Cofins	(961)	(2.303)	(44.557)	(19.377)
Juros ativos	-	-	14.498	17.525
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS (nota explicativa nº 30)	-	-	486.383	14.763
Outras receitas financeiras	81	(1.587)	43.571	39.022
	<b>19.712</b>	<b>47.218</b>	<b>914.004</b>	<b>397.556</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de dívidas - Juros	(4.455)	(4.467)	(420.241)	(358.189)
Variação monetária e cambial	-	-	(350.710)	(656.189)
Marcação a mercado da dívida	-	-	168.530	(17.196)
Marcação a mercado derivativos	-	-	(197.669)	17.289
(-) Transferências para ordens em curso	-	-	8.604	2.080
Instrumentos Financeiros	-	-	250.031	675.503
Atualização dos contratos de mútuos	(38.041)	(48.091)	(38.287)	(48.169)
Ajuste a valor presente	(7.823)	(6.791)	(39.330)	(957)
Atualização PEE e P&D	-	-	(4.025)	(3.284)
Despesas com IOF	(3.382)	(6.462)	(5.924)	(16.879)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Atualização provisão para riscos	-	(5)	(17.717)	(14.723)
Juros e multas	-	(240)	(50.976)	(53.689)
Juros de incorporação de redes	-	-	(34.495)	(41.281)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	-	-	(43.790)	(3.450)
Variações Monetárias	-	-	(8.447)	(7.941)
Ajuste a valor presente Celpa	-	-	-	(2.047)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS (nota explicativa nº 30)	-	-	(487.955)	(14.762)
Plano de saúde - Atuário	-	-	(16.252)	(17.371)
Correção monetária ICMS Demanda	-	-	(134.487)	-
Outras despesas financeiras	(244)	(2.933)	(33.209)	(59.566)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(53.945)</b>	<b>(68.989)</b>	<b>(1.456.349)</b>	<b>(620.821)</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(34.233)</b>	<b>(21.771)</b>	<b>(542.345)</b>	<b>(223.265)</b>

### 36. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			2021	2020
Riscos Operacionais	22/11/2022	90.000	3.043	2.670
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2022	90.000	1.917	1.881
Auto - Frota	23/10/2022	Até 360/veículo	354	383
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	128.212	1.355	1.196
Transporte Nacional	04/04/2022	Até 2.000/viagem	87	74
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2023	75.000	194	200
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo - R.E.T.A (Drones)	12/01/2022	941/drone	13	15
			<b>6.963</b>	<b>6.419</b>

(\*) Importância Segurada relativa ao mês de janeiro/2022 e projeção de prêmio anualizado.

### 37. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

#### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício foram de R\$509.614 (R\$165.871 em 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 16 - Ativo financeiro indenizável da concessão - consolidado.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		8.183	8.183	101.361	101.361
Créditos com partes relacionadas		384	384	352	352
		<b>8.567</b>	<b>8.567</b>	<b>101.713</b>	<b>101.713</b>
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	206.582	206.582	480.132	480.132
		<b>206.582</b>	<b>206.582</b>	<b>480.132</b>	<b>480.132</b>
Passivos					
Custo amortizado:					
Fornecedores		166	166	130	130
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		267.427	267.427	236.032	236.032
Débitos com partes relacionadas		211.776	211.776	197.186	197.186
		<b>479.369</b>	<b>479.369</b>	<b>433.348</b>	<b>433.348</b>

Consolidado					
	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		275.772	275.772	749.705	749.705
Clientes, consumidores e concessionárias		4.015.766	4.015.766	3.217.724	3.217.724
Títulos de créditos a receber		11.417	11.417	25.113	25.113
Ativos financeiros setoriais		1.600.864	1.600.864	280.103	280.103
		<b>5.903.819</b>	<b>5.903.819</b>	<b>4.272.645</b>	<b>4.272.645</b>
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.175.390	1.175.390	3.216.830	3.216.830
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	5.666.627	5.666.627	4.577.085	4.577.085
Instrumentos financeiros derivativos	2	899.183	899.183	1.004.351	1.004.351
		<b>7.741.200</b>	<b>7.741.200</b>	<b>8.798.266</b>	<b>8.798.266</b>
Passivos					
Custo amortizado:					
Fornecedores		1.474.168	1.474.168	1.288.413	1.288.413
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		9.906.893	9.926.383	9.152.467	9.157.039
Débitos com partes relacionadas		216.239	216.239	199.811	199.811
Parcelamento de impostos		22.365	22.365	37.278	37.278
Passivos financeiros setoriais		733.935	733.935	700.287	700.287
Arrendamentos operacionais		12.975	12.975	27.073	27.073
		<b>12.366.575</b>	<b>12.366.575</b>	<b>11.405.329</b>	<b>11.409.901</b>
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	219.058	219.058	8.666	8.666
		<b>219.058</b>	<b>219.058</b>	<b>8.666</b>	<b>8.666</b>

## Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

## Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como “hedge accounting”. Em 31 de dezembro de 2021 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia documentou: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$151.625 (R\$16.472 em 2020) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

## Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas, para as quais possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2021 tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$16.905 (R\$724 em 2020) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

## Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

## Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na website da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visam identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

## Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Dívida <sup>(1)</sup>	9.906.893	9.152.467
Partes Relacionadas <sup>(3)</sup>	216.239	199.811
Caixa e equivalentes de caixa	(275.772)	(749.705)
Dívida líquida	9.847.360	8.602.573
Patrimônio líquido <sup>(2)</sup>	3.716.681	4.196.532
Índice de endividamento líquido	2,64	2,04

(1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 22- Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida e nº 23- Debêntures (não conversíveis em ação).

(2) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

(3) Conforme detalhamento na nota explicativa nº 14 - Transações com partes relacionadas.

## Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Controladora						
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		166	-	-	-	-	166
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	1,00%	-	4.344	10.739	8.912	213.813	237.808
Total		166	4.344	10.739	8.912	213.813	237.974

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.406.984	-	-	-	67.184	1.474.168
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	7,15%	1.440.506	1.268.372	5.019.542	1.607.174	4.947.118	14.282.712
Instrumentos Financeiros Derivativos		(122.700)	(8.585)	(275.405)	(112.104)	(161.331)	(680.125)
<b>Total</b>		<b>2.724.790</b>	<b>1.259.787</b>	<b>4.744.137</b>	<b>1.495.070</b>	<b>4.852.971</b>	<b>15.076.755</b>

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pelas distribuidoras de energia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição dessas controladas quanto a variação no custo da energia.

#### Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Energisa S.A. tem a função de supervisionar se a Administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica controladas, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

## Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	6.1	8.183	101.361	275.772	749.705
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	206.582	480.132	1.175.390	3.216.830
Clientes, consumidores e concessionárias.	7	-	-	4.015.766	3.217.724
Títulos de créditos a receber	8	-	-	11.417	25.113
Ativo financeiro setorial	12	-	-	1.600.864	280.103
Ativo financeiro indenizável da concessão	16	-	-	5.666.627	4.577.085
Instrumentos financeiros derivativos	37	-	-	899.183	1.004.351
Créditos com partes relacionadas	14	384	352	-	-

## Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 22 - Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida e 23 - Debêntures (não conversíveis em ação), é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, BNDES e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis as variações dos passivos atrelados a moedas estrangeira, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2021 com alta de 7,39% sobre 31 de dezembro de 2020, cotado a R\$5,5805/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2021 era de 10,79%, enquanto em 31 de dezembro de 2020 era de 14,12%. A taxa de câmbio do euro encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com baixa de 0,89% sobre 31 de dezembro de 2020, cotado a R\$6,3210/Euro. A volatilidade do Euro era de 12,04% em 31 de dezembro de 2021.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2021, de R\$9.958750 (R\$9.186.828 2020), cerca de R\$2.092.332 (R\$2.241.856 em 2020) estão representados em moedas estrangeiras conforme nota explicativa nº 22 - Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida e nº 23 - Debêntures (não conversíveis em ação). As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em moeda estrangeira têm custo máximo de 2,20% ao ano mais variação cambial e vencimentos de curto e longo prazo, sendo o último vencimento em dezembro de 2024.

O balanço patrimonial consolidado apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Consolidado	
	2021	2020
Ativo circulante	350.344	393.708
Ativo não circulante	548.839	610.643
<b>Total do ativo</b>	<b>899.183</b>	<b>1.004.351</b>
Passivo circulante	219.058	8.666
<b>Total do passivo</b>	<b>219.058</b>	<b>8.666</b>

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD/EUR)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
<b>EMT</b>					
Resolução 4131 - Citibank	7.175	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	7.175	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.676	EUR + 0,81%	CDI + 0,85%	12/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.200	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.598	(Libor + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	23.432	USD + 1,4200%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	45.875	USD + 2,00%	CDI + 1,50%	01/09/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	20.000	(Libor + 1,18%) x 117,65%	CDI + 1,63%	28/08/2023	Fair Value Option
<b>EMS</b>					
Resolução 4131 - Citibank	7.214	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	7.214	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	11.314	EUR + 1,16%	CDI + 0,95%	09/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	15.372	USD + 2,153%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	27.053	(Libor + 1,16%) x 117,65%	CDI + 1,75%	29/06/2024	Fair Value Option
<b>ETO</b>					
Resolução 4131 - Citibank	5.598	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	5.598	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	15.372	USD + 2,153%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
<b>ENERGISA SUL SULDESTE</b>					
Resolução 4131 - Citibank	3.428	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	3.428	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	26.675	EURO + 0,85%	CDI + 0,95%	17/01/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.432	EURO + 1,02%	CDI + 0,85%	06/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	24.635	USD + 2,33%	CDI + 1,60%	17/12/2024	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
<b>EMT</b>					
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMT	385.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	73.311	IPCA + 4,475%	CDI + 1,78%	15/04/2024	N.A.
BAML x EMT	64.107	IPCA + 4,23%	CDI + 0,83%	15/10/2026	N.A.
Itaú X EMT	181.887	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	N.A.
BR Partners X EMT	350.000	IPCA + 6,09%	CDI + 0,80%	15/10/2031	Fair Value Hedge
<b>ETO</b>					
Itaú BBA X ETO	39.771	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	35.696	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	9.526	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	1.775	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	3.304	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itau BBA x ETO	240.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	55.648	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A.
BAML x ETO	7.339	IPCA + 4,23%	CDI + 0,83%	13/10/2026	N.A.
JP Morgan X ETO	82.000	IPCA + 6,09%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
ESS					
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ESS	70.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	55.648	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A.
BAML x ESS	7.339	IPCA + 4,23%	CDI + 0,83%	13/10/2026	N.A.
EMS					
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMS	155.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	69.586	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A.
BAML x EMS	9.163	IPCA + 4,23%	CDI + 0,83%	13/10/2026	N.A.
Itaú BBA x EMS	148.501	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	N.A.
JP Morgan X EMS	320.000	IPCA + 6,09%	CDI + 0,85%	15/10/2031	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 31 de dezembro de 2021:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2021	2020		2021	2020
Dívida designada para “Fair Value Option”	1.702.569	1.562.363	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(2.092.394)	(2.242.861)
Swap Cambial (Derivativo)	1.702.569	1.562.363	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	2.092.394	2.242.861
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(1.716.908)	(1.567.336)
			Posição Líquida Swap	375.486	675.525
Posição Líquida Dívida + Swap	(1.716.908)	(1.567.336)			

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo, (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2021	2020		2021	2020
Dívida (Objeto de Hedge)*	2.647.478	1.222.950	Taxa Pré-Fixada	(2.311.954)	(1.547.782)
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	2.647.478	1.222.950	Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	3.003.715	1.551.624
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(2.699.076)	(1.231.464)
			Posição Líquida Swap	304.639	320.160
Posição Líquida Dívida + Swap	(2.007.315)	(1.227.622)			

(\*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente

associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 22 - Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida e nº 23 - Debêntures (não conversíveis em ação) e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

### Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

### Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2021, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável (*))	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
<b>Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR</b>					
	(1.702.569)		(1.458.495)	(1.920.575)	(2.382.656)
Variação Dívida	-		244.074	(218.006)	(680.087)
<b>Swap Cambial</b>					
<b>Posição Ativa</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	2.092.394		1.848.320	2.310.400	2.772.481
Variação - USD e LIBOR	-		(244.074)	218.006	680.087
<b>Posição Passiva</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(1.716.908)	Alta Câmbio	(1.716.908)	(1.716.908)	(1.716.908)
<b>Subtotal</b>	<b>375.486</b>		<b>131.412</b>	<b>593.492</b>	<b>1.055.573</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(1.327.083)</b>		<b>(1.327.083)</b>	<b>(1.327.083)</b>	<b>(1.327.083)</b>

(\*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2021 atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$1.327.083 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos; dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$1.327.083 em ambos os casos.

## b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros 31 de dezembro de 2021, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(2.647.478)		(2.647.478)	(2.647.478)	(2.647.478)
Swap de Juros Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	3.003.715		3.003.715	3.003.715	3.003.715
Posição Passiva		Alta CDI			
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(2.699.076)		(2.699.076)	(2.763.040)	(2.826.344)
Variação - CDI	-		0,00	(63.964)	(127.268)
<b>Subtotal</b>	<b>304.639</b>		<b>304.639</b>	<b>240.675</b>	<b>177.371</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(2.342.839)</b>		<b>(2.342.839)</b>	<b>(2.406.803)</b>	<b>(2.470.107)</b>

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2021 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 4,42 %, IPCA = 10,06 %, INPC = 10,16% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
<b>Instrumentos financeiros ativos:</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.317.379	Alta CDI	146.229	182.786	219.344
<b>Instrumentos financeiros passivos:</b>					
Swap	(1.716.908)	Alta CDI	(190.577)	(238.221)	(285.866)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.318.716)	Alta CDI	(368.377)	(460.471)	(552.566)
		Alta IPCA	(363.090)	(453.863)	(544.635)
		Alta INPC	(1.939)	(2.424)	(2.909)
		Alta TR	(323)	(404)	(485)
<b>Subtotal (2)</b>	<b>(9.309.493)</b>		<b>(924.306)</b>	<b>(1.155.383)</b>	<b>(1.386.461)</b>
<b>Total - perdas (2)</b>	<b>(7.992.114)</b>		<b>(778.077)</b>	<b>(972.597)</b>	<b>(1.167.117)</b>

(\*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2022 (11,10% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2021 TR 0,05%, INPC 10,16% e IPCA 10,06%.

Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$649.257.

## 38. Benefícios pós emprego - consolidado

### 38.1. Composição dos saldos do déficit atuarial dos planos de aposentadoria e pensão, prêmio/gratificação aposentadoria e plano de saúde:

	Consolidado							
	Plano de Pensão		Plano de Saúde		Prêmio Aposentadoria		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Planos BD-I, OP e R - EMT	9.578	21.865	97.443	118.717	-	-	107.021	140.582
Planos BD-I, OP e R - ETO	1.778	3.386	14.816	26.930	587	597	17.181	30.913
Planos BD-I, OP e R - ESS	6.240	15.036	32.747	55.254	-	-	38.987	70.290
Planos I, II e R - EMS	-	3	22.240	34.211	-	-	22.240	34.214
Plano de saúde - outros	-	-	19	-	-	-	19	-
Contrato Migração 2020 - Plano CD	16.354	-	-	-	-	-	16.354	-
Contrato de equacionamento do déficit	2.731	-	-	-	-	-	2.731	-
<b>Total</b>	<b>36.681</b>	<b>40.290</b>	<b>167.265</b>	<b>235.112</b>	<b>587</b>	<b>597</b>	<b>204.533</b>	<b>275.999</b>
Circulante	2.085	2.728	19.054	22.606	49	33	21.188	25.367
Não circulante	34.596	37.562	148.211	212.506	538	564	183.345	250.632
Empréstimos, financiamentos e encargos	19.085	-	-	-	-	-	19.095	-
<b>Benefícios pós-emprego</b>	<b>17.596</b>	<b>40.290</b>	<b>167.265</b>	<b>235.112</b>	<b>587</b>	<b>597</b>	<b>185.448</b>	<b>275.999</b>

### 38.2. Plano de Aposentadoria e Pensão

A controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A controladas patrocinam, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

O plano de benefício definido I e o plano de contribuição variável II mantidos pela EMS eram administrados até agosto de 2018 pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência complementar autorizada a funcionar pela Portaria MPAS/GM nº 4.442, de 14.04.89 nos termos da Lei nº 6.435/77 e do Decreto nº 81.240/78, incorporada naquela data, mediante Portaria Autorizativa PREVIC nº 277 de 02/04/2018, pela EnergisaPrev.

**Os planos de benefício patrocinados pelas Controladas junto à EnergisaPrev são:**

#### EMS

##### Plano de Benefícios I:

Instituído em 18/7/1989, encontra-se em extinção desde 10/5/2002, data em que foi bloqueada a adesão de novos participantes. São assegurados os seguintes benefícios suplementares:

- Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Complementação de aposentadoria especial;
- Complementação de aposentadoria por idade;

Complementação de aposentadoria por invalidez;  
Complementação de pensão por morte; e  
Complementação de abono anual.

O plano está estruturado na modalidade de Benefício Definido e é custeado pelos assistidos.

#### **Plano de Benefícios II:**

Instituído em 1/5/2002, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável. Assegura os seguintes benefícios:

Aposentadoria normal ou antecipada;  
Aposentadoria por invalidez;  
Pensão por morte de ativo; e  
Pensão por morte de aposentado.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida operacionalizado em cotas patrimoniais. Quando da concessão, o benefício é pago sob a forma de renda mensal determinada por um fator atuarial sobre o saldo de conta aplicável existente na data do cálculo. O saldo de conta aplicável corresponde ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A renda mensal, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

Para os participantes que fizeram a migração do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios II e que efetuaram a contribuição inicial, o benefício de Renda Mensal tem uma garantia mínima na modalidade de Benefício Definido. O custeio é efetuado pelos participantes e pela patrocinadora.

#### **EMT, ETO e ESS**

##### **Plano de Benefícios Elétricas BD-I:**

Instituído em 1 de agosto de 1986, encontra-se em extinção desde 31 de dezembro de 1998, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pelas Patrocinadoras.

#### **EMT, ETO, ESS e EMT**

##### **Plano de Benefícios Elétricas-R:**

Instituído em 12 de janeiro de 2007, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de benefício definido. Assegura os seguintes benefícios:

Suplementação da aposentadoria por invalidez;  
Suplementação do auxílio-doença;  
Suplementação da pensão por morte; e  
Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento da Deliberação CVM 695/2012, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais das despesas com contribuições, dos custos e do ativo do Plano de Benefícios-R, por empresa patrocinadora.

## EMT, ETO, ESS e EMT

### Plano de Benefícios Elétricas-OP:

Instituído em 1º de janeiro de 1999, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, podendo o Participante optar por Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, esta última vinculada ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do Participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente uma vez por ano, sendo nessa fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos Participantes (90%) e pela Patrocinadora (10%).

### Plano Energisa CD:

O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora.

Dessa forma, planos nessa modalidade, não estão sujeitos à avaliação atuarial no âmbito do CPC 33.

Em 2021, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$13.524 (R\$11.310 em 2020).

### Migração entre planos das controladas

Em 2021 e 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos patrocinados pelas controladas, EMT, ETO, ESS e EMS para o Plano Energisa CD. Esse processo foi autorizado pelo regulador PREVIC, através da Portaria 467, de 02 de julho de 2020. A migração aconteceu em três tranches, sendo elas em dezembro/2020, julho/2021 e novembro/2021. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano:

Patrocinadora	Plano	1º Tranche		2º Tranche		3º Tranche		ACUMULADO	
		Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
EMT	Cemat BD	0%	31%	0%	7%	0%	7%	0%	45%
EMT	Cemat OP	0%	51%	0%	3%	0%	6%	0%	59%
EMT	Cemat OP + R	56%	0%	23%	0%	13%	0%	92%	0%
EMT	Plano R	33%	24%	0%	11%	0%	6%	33%	41%
ETO	Elétricas BD	100%	26%	0%	3%	0%	0%	100%	29%
ETO	Elétricas OP	0%	52%	0%	10%	0%	0%	0%	62%
ETO	Elétricas OP + R	41%	0%	21%	0%	16%	0%	79%	0%
ETO	Plano R	0%	20%	0%	0%	0%	0%	0%	20%
ESS	Elétricas BD	100%	15%	0%	3%	0%	3%	100%	22%
ESS	Elétricas OP	0%	62%	0%	3%	0%	0%	0%	65%
ESS	Elétricas OP + R	68%	0%	18%	0%	8%	0%	94%	0%
ESS	Plano R	0%	42%	0%	0%	0%	0%	0%	42%
EMS	Plano I	0%	41%	100%	8%	0%	0%	100%	48%
EMS	Plano II	72%	43%	21%	16%	4%	3%	97%	62%
EMS	Elétricas OP + R	76%	0%	19%	0%	1%	0%	97%	0%

### Situação financeira dos planos de benefícios definido- avaliação atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2021, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

## Número de participantes/beneficiários:

	2021		2020	
	BD-I, OP e R	PLANO I, II e III	BD-I, OP e R	PLANO I, II e III
Número Participantes	352	27	1.619	278
Número Assistidos	296	196	348	150
Número Beneficiários Pensionistas	205	-	211	100

## Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	2021				
	BD-I	OP	Plano R	Plano I	Plano II
<b>I - Premissas Biométricas</b>					
Tábua de Mortalidade Geral <sup>(1)</sup>	BR-EMS 2015				
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Frac)	Não Aplicável)	LIGHT (Frac)	Não Aplicável	Não Aplicável
Tábua de Mortalidade de Inválidos <sup>(1)</sup>	MI-85	MI-85	MI-85	MI-85	MI-85
Composição Familiar (Ativos)	Família Média Padrão	Não aplicável	Família Média Padrão	Não aplicável	Família Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real				
<b>II - Variáveis Econômicas</b>					
Taxa Real de Desconto da Obrigação	5,31%	5,31%	5,31%	5,31%	5,31%
Expectativa de Inflação Futura	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	10,05%	10,05%	10,05%	10,05%	10,05%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Taxa de Crescimento Real de Salários	(**)	7,51%	(**)	Não aplicável	Nula
Taxa de Rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	Nula	Nula
<b>III - Regime Financeiro de Capitalização</b>					
	Crédito Unitário Projetado				

<sup>(1)</sup> Tábuas específicas por sexo

	2020				
	BD-I	OP	Plano R	Plano I	Plano II
<b>I - Premissas Biométricas</b>					
Tábua de Mortalidade Geral <sup>(1)</sup>	BR-EMS 2015				
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT Fraca	Não Aplicável	LIGHT Fraca	Não Aplicável	LIGHT Fraca
Tábua de Mortalidade de Inválidos <sup>(1)</sup>	MI-85	MI-85	MI-85	MI-85	MI-85
Composição Familiar (Ativos)	Família Média Padrão	Não Aplicável	Família Média Padrão	Não Aplicável	Família média padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real				
<b>II - Variáveis Econômicas</b>					
Taxa Real de Desconto da Obrigação	(*)	3,21% a.a.	(*)	2,82% a.a.	3,21% a.a.
Expectativa de Inflação Futura	3,00% a.a.				
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	(**)	6,31% a.a.	(**)	5,90% a.a.	6,31% a.a.
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100% a.a.				
Taxa de Crescimento Real de Salários	3,25% a.a.	Não Aplicável	2,88% a.a.	0% a.a.	2,88% a.a.
Taxa de Rotatividade	0% a.a.				
<b>III - Regime Financeiro de Capitalização</b>					
	Crédito Unitário Projetado				

(\*) As Taxas Reais de Desconto da Obrigação Atuarial entre empresas com o mesmo plano podem ter percentuais diferentes. Em 2021 os percentuais da taxa de crescimento real de salários do Plano BD-I foram de 5,31%. Em 2020 os percentuais da taxa de crescimento real de salários do Plano BD-I foram de 2,82% e 3,21% e do Plano R foram de 3,21% e 3,79%.

(\*\*) As Taxas de Rendimento Esperado dos Ativos entre empresas com o mesmo plano podem ter percentuais diferentes. Em 2021 os percentuais da taxa de rendimento dos ativos do Plano BD-I foram de 10,05% e 7,51% e a do Plano R foram de 10,05% e 6,31%. Em 2020 os percentuais da taxa de rendimento dos ativos do Plano BD-I foram de 5,90% e 6,31% e a do Plano R foram de 6,31% e 6,90%.

<sup>(1)</sup> Tábuas específicas por sexo

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1).

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

### Conciliação da posição dos planos

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão das controladas:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	2021			2020		
	BD-I, OP e R	PLANO I, II	TOTAL	BD-I, OP e R	PLANO I, II e III	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2020 e 2019	223.363	153.135	376.498	379.302	323.119	702.421
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(34.647)	(34.862)	(69.509)	35.035	(53.722)	(18.687)
Retorno esperado dos ativos do plano	13.733	9.082	22.815	24.066	20.814	44.880
Contribuições do empregador	895	205	1.100	2.604	433	3.037
Contribuições dos participantes do plano	734	-	734	998	209	1.207
Benefícios pagos	(15.002)	(7.534)	(22.536)	(34.489)	(1.769)	(36.258)
Custo do serviço passado (encurtamento/ <i>curtailment</i> )	(21.358)	(25.533)	(46.891)	(184.153)	(135.949)	(320.102)
Valor justo dos ativos em 2021 e 2020	167.718	94.493	262.211	223.363	153.135	376.498

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	2021			2020		
	BD-I, OP e R	Plano I, Plano II	Plano I, Plano II, BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	Plano I, Plano II	Plano I, Plano II, BD-I, OP e R
Valor presente das obrigações em 2020 e 2019	253.871	118.817	372.688	418.470	223.268	641.738
Custo do serviço corrente	234	1	235	1.280	711	1.991
Custo dos juros	15.607	6.997	22.604	26.568	14.206	40.774
Contribuições de participantes	734	-	734	992	209	1.201
(Ganhos)/Perdas atuariais	(56.503)	(11.262)	(67.765)	49.984	(13.554)	36.430
Benefícios pagos	(15.002)	(7.535)	(22.537)	(34.489)	(1.769)	(36.258)
Custo do serviço passado (encurtamento/ <i>curtailment</i> )	(15.521)	(22.083)	(37.604)	(208.934)	(104.254)	(313.188)
Valor presente das obrigações em 2021 e 2020	183.420	84.935	268.355	253.871	118.817	372.688

Posição Líquida dos planos	2021			2020		
	BD-I, OP e R	Plano I, Plano II e R	Plano I, Plano II, BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	Plano I, Plano II e R	Plano I, Plano II, BD-I, OP e R
Valor justo dos ativos	167.718	94.493	262.211	223.363	153.135	376.498
Valor presente das obrigações	(183.420)	(84.935)	(268.355)	(253.871)	(118.817)	(372.688)
Posição Líquida	(15.702)	9.558	(6.144)	(30.508)	34.318	3.810
Limite do Ativo	(4.625)	(9.558)	(14.183)	(9.779)	(34.321)	(44.100)
Déficit/Superávit passível de reconhecimento	(20.327)		(20.327)	(40.287)	(3)	(40.290)

### Valor líquido reconhecido nas demonstrações financeiras

Movimentação dos Saldos	2021	2020
Posição líquida em 2020 e 2019	40.290	61.352
Efeito em outros resultados abrangentes (ORA)	(26.742)	7.981
Juros sobre teto do ativo	(20)	
Contribuição do empregador	(896)	(2.621)
Impacto decorrente de redução no plano (encurtamento/ <i>curtailment</i> )	17.831	(29.303)
Transferência de dívida entre planos (BD-CD)	(12.861)	(2.323)
Efeito no resultado do exercício	2.725	5.204
Posição líquida em 2021 e 2020	20.327	40.290
Circulante	2.085	2.728
Não Circulante	18.242	37.562

### Demonstração das despesas para o exercício de 2022 segundo os critérios do CPC 33 (R1):

	2022
Custo do Serviço Corrente	41
Custo dos juros	12.957
Retorno dos Ativos do Plano	(10.913)
Total da despesa bruta a ser reconhecida	2.085

O método da unidade de crédito projetada considera cada de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

## Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos:

	2021				2020			
	BD-I	OP	Plano I e II	R	BD-I	OP	Plano I e II	R
Investimentos:								
Títulos públicos	70,66%	70,12%	80,10%	73,09%	64,76%	62,33%	76,57%	72,63%
Créditos privados e depósitos	6,54%	5,56%	8,67%	4,43%	9,17%	12,90%	12,14%	6,00%
Fundos de investimento	20,63%	18,44%	8,94%	21,13%	22,13%	15,49%	7,91%	20,27%
Investimento imobiliário	1,74%	3,35%	0,00%	0,00%	3,39%	3,03%	1,29%	-
Empréstimos e financiamentos	0,37%	2,42%	0,64%	1,30%	0,48%	6,21%	2,08%	1,07%
Outros	0,07%	0,12%	1,66%	0,05%	0,07%	0,04%	0,01%	0,03%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>							

## Análise de Sensibilidade:

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

Empresas	Plano Beneficiário	2021		
		Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%
Energisa Mato Grosso	BD-I	26.412	26.859	25.976
Energisa Mato Grosso	OP	49.733	50.576	49.912
Energisa Mato Grosso	R	28.924	29.539	28.446
Energisa Sul Sudeste	BD-I	41.341	41.759	40.929
Energisa Sul Sudeste	OP	24.102	24.511	23.704
Energisa Sul Sudeste	R	3.813	3.894	3.750
Energisa Tocantins	BD-I	3.951	3.990	3.911
Energisa Tocantins	OP	40	41	39
Energisa Tocantins	R	5.104	5.213	5.020
Energisa Mato Grosso do Sul	Plano I	50.329	51.593	49.112
Energisa Mato Grosso do Sul	Plano II	29.107	29.838	28.403

Empresas	Plano Beneficiário	2020		
		Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%
Energisa Mato Grosso	BD-I	42.830	43.620	42.062
Energisa Mato Grosso	OP	71.884	73.191	70.610
Energisa Mato Grosso	R	37.781	38.639	37.125
Energisa Sul Sudeste	BD-I	58.381	58.999	57.773
Energisa Sul Sudeste	OP	28.355	28.663	27.853
Energisa Sul Sudeste	R	4.106	4.179	4.034
Energisa Tocantins	BD-I	5.325	5.460	5.195
Energisa Tocantins	OP	47	47	47
Energisa Tocantins	R	5.162	5.302	5.026
Energisa Mato Grosso do Sul	Plano I	66.412	68.318	64.582
Energisa Mato Grosso do Sul	Plano II	52.400	53.874	50.985

## Plano de benefícios e contribuições definidas

As controladas possuem plano de contribuições definidas, conforme segue:

Empresas	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/ folha de pagamento	Superávit (Déficit) atuarial	
		2021	2020		2021	2020
Energisa MT	BD/CV	-	4.084	2,97%	11.767	21.865
Energisa MT	CD	4.707	847	0,62%	-	-
Energisa MS	BD	108	1.679	2,01%	-	3
Energisa MS	CD	3.422	820	0,98%	-	-
Energisa TO	BD	351	909	1,34%	1.847	3.386
Energisa TO	CD	2.681	1.283	1,89%	-	-
ESS	BD	140	751	1,40%	6.713	15.036
ESS	CD	2.115	937	1,75%	-	-

No exercício, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$13.524 (R\$11.310 em 2020) no consolidado, registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado no consolidado.

### 38.3. Prêmio e Gratificação de aposentadoria

A controlada ETO, em Acordo Coletivo de Trabalho, concede aos seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

Na controlada ETO a gratificação varia de 2,0 a 5,5 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os colaboradores admitidos após 1º de maio de 1997, não terão direito à essa gratificação.

Reconciliação	2021	2020
Posição líquida em 2020 e 2019	597	728
Efeito em ORA	40	(129)
Benefícios pagos	(83)	-
Efeito no resultado do exercício	33	(2)
Posição líquida em 2021 e 2020	<b>587</b>	<b>597</b>
Circulante	49	33
Não Circulante	538	564

Demonstração das despesas para os exercícios de 2022, segundo critérios do CPC33 (R1) (IAS 19):

	2022
Custo do serviço corrente	8
Juros sobre as obrigações atuariais	41
Valor das obrigações calculadas no final do ano	<b>49</b>

### 38.4. Plano de saúde

As controladas mantêm benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento e autogestão:

**Pós pagamento:** As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

**Pré pagamento:** As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado

**Autogestão:** auto gerenciamento de rede regional credenciada e modalidade de reembolso de despesas médicas aos empregados na razão de 60% do custo efetivo, conforme política interna definida. Abrange empregados ativos e seus dependentes legais.

No exercício de 2021 as controladas procederam o cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego) de assistência médico-hospitalar tendo apurado o montante de R\$167.265 (R\$235.112 em 2020), dos quais R\$6.355 (R\$6.422 em 2020) foi registrado na rubrica benefício pós emprego - despesa de pessoal, R\$16.252 (R\$17.372 em 2020) em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além, R\$90.454 (R\$26.551 em 2020) referente aos ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido.

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 2021 as despesas com o plano de saúde foram de R\$56.961 (R\$58.461 em 2020) no consolidado. Inclui R\$6.355 (R\$6.422 em 2020) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

	2021	2020
Valor presente das obrigações no início do ano	235.112	247.869
Custo do serviço corrente bruto	6.355	6.422
Juros sobre obrigação atuarial	16.252	17.372
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(90.454)	(36.551)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	167.265	235.112
Circulante	19.054	22.606
Não Circulante	148.211	212.506

Demonstração das despesas para o exercício de 2022, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	2022
Custo do serviço corrente (com juros)	2.245
Juros sobre as obrigações atuariais	16.809
Valor das obrigações calculadas no final do ano	19.054

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

## Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2021					2020				
	UNIMED CUIABÁ	CNU (*)	SUL AMERICA	HAPVIDA	SÃO FRANCISCO	UNIMED CUIABÁ	CNU	SUL AMERICA	HAPVIDA	SÃO FRANCISCO
<b>IVARIÁVEIS ECONOMICAS</b>										
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	5,31%	5,31%	5,31%	5,31%	5,31%	4,23%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%
Expectativa de Inflação Futura	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	10,05%	10,05%	10,05%	10,05%	10,05%	8,40%	6,91%	6,91%	6,91%	6,91%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	8,16%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%	8,68%	8,68%	8,68%	8,68%	7,12%	7,12%	7,12%	7,12%	7,12%
Taxa de Rotatividade	9,50%	(**)	(***)	28,00%	28,00%	9,50%	(*)	(**)	27,50%	27,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	90,00%	90,00%	75,00%	75,00%	75,00%	90,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator Envelhecimento	Nulo	Nulo	Nulo	3,00%	3,00%	Nulo	Nulo	3,00%	3,00%	3,00%
<b>TÁBUAS BIOMÉTRICAS</b>										
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015
Tábua de Inválidos	M-85 por sexo LIGHT (Frac)	M-85 por sexo LIGHT (Frac)	MI-85 por sexo LIGHT (Frac)	MI-85 por sexo LIGHT (Frac)	MI-85 por sexo LIGHT (Frac)	M-85 por sexo LIGHT (Frac)				
Entradas de Invalidez	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(\*) Em 2021, foi alterada a modalidade de pagamento de pré para pós pagamento

(\*\*) As taxas de rotatividade entre empresas com o mesmo plano podem ter taxas diferentes. Em 2021 e 2020 as taxas de rotatividade do Plano de Saúde "CNU" tiveram as seguintes taxas: Em 2021 8,5%, 9,5%, 10% e 28% (8,5%, 9,5%, 10% e 27,5% em 2020)

(\*\*\*) As taxas de rotatividade entre empresas com o mesmo plano podem ter taxas diferentes. Em 2021 e 2020 as taxas de rotatividade do Plano de Saúde "Sul America" tiveram as seguintes taxas: em 2021 8,5%, 9,5% e 10% (8,5%, 9,5% e 10% em 2020).

## 39. Compromissos - consolidado

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de compra de energia (*)					
	Vigência	2022	2023	2024	2025	Após 2025
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2022 a 2054	875.075	855.598	847.699	815.473	9.300.919
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2022 a 2054	2.185.386	2.067.396	2.119.882	1.845.247	17.034.998
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2022 a 2054	443.832	429.990	419.881	396.039	5.692.288
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2022 a 2054	1.117.139	1.103.025	1.090.982	1.048.672	12.259.443
		<b>4.621.432</b>	<b>4.456.009</b>	<b>4.478.444</b>	<b>4.105.431</b>	<b>44.287.648</b>

(\*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram homologados pela ANEEL.

## 40. Meio ambiente (\*)

A Companhia e suas controladas tratam os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2021, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$169.067 (R\$135.026 em 2020), sendo R\$134.458 (R\$121.115 em 2020) alocados no ativo imobilizado ou intangível e R\$34.609 (R\$22.460 em 2020) despesas operacionais, no consolidado.

(\*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

## 41. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias em circulação.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício - controladora	1.518.709	909.867
Média ponderada em milhares de ações	2.039.722	2.097.211
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (*)	0,72	0,43
Lucro líquido do exercício - consolidado	2.049.328	1.227.851
Resultado da operação continuada		
Acionistas da controladora	1.518.709	909.867

(\*) A Companhia não possui instrumento diluidor

## 42. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2021, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	2021	2020
<b>Outras transações não caixa</b>		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	614.455	553.886
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	509.614	165.871
<b>Atividades operacionais</b>		
Pagamento de Fornecedores	67.839	50.518
Incorporação de redes - transferência de obrigações especiais	51.975	24.210
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	(5.022)	10.510
Outras Contas a pagar - repactuação déficit atuarial		-
Tributos a recuperar - Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	(2.116.422)	57.395
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	67.839	50.518
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	51.975	24.210
Intangível - CPC 06 (R2)	(5.022)	10.510
<b>Atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e Financiamentos - repactuação déficit atuarial		-

## 43. Eventos subsequentes

### Emissão de debêntures

#### ESS

Em 15 de janeiro de 2022 a controlada direta Energisa Sul Sudeste Distribuidora de Energia S/A efetuou a 7ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$81.000 com vencimento em 15 de janeiro de 2032 e remuneração de IPCA mais 6,0996% ao ano, os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 11 de fevereiro de 2022, os recursos serão destinados ao financiamento dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica, de titularidade da Emissora.

### Empréstimos contratados

#### EMT

- (1) Em 14 de fevereiro de 2022, a controlada direta Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A., captou junto ao Bank of América Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A, a importância de R\$150.000 correspondente a €24.875 euros, com remuneração de 1,4840% a.a., com vencimento em 14 de fevereiro de 2025. Foi contratado swap taxa de CDI + 1,60% ao ano, retirando o risco cambial da operação ano.
- (2) Em 25 de fevereiro de 2022, a controlada indireta Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A., captou junto ao Banco Santander (Brasil) S/A., a importância de R\$90.000 correspondente a USD17.682 dólares americanos, com remuneração de 2.,6775% a.a., com vencimento em 27 de fevereiro de 2023. Foi contratado swap taxa de CDI + 1,60% ao ano, retirando o risco cambial da operação ano.

### Pagamento de dividendos do exercício de 2021 - Controladas

Foram aprovados os dividendos intercalares a conta de lucro do exercício de 2021, conforme demonstrado a seguir:

Controladas	Valor	Valor por ação (R\$)	Tipo Ação	Data pagamento
Energisa Tocantins	14.911	22,8834642081	ON e PN	A partir de 25 de março de 2022
Energisa Sul-Sudeste	47.773	491,9327207760	ON	A partir de 25 de março de 2022
Energisa Mato Grosso	199.323	0,91039385099	ON e PN	A partir de 23/06/2022
Energisa Mato Grosso do Sul	173.752	268,54420702770	ON	A partir de 23/06/2022